

NOVA AGENDA DE COOPERAÇÃO IBERO-AMÉRICA-UNIÃO EUROPEIA

Prioridades estratégicas para a
cooperação na Ibero-América em termos
de **educação, inovação, cultura e
transição ecológica**



 FUNDACIÓN
alternativas

 FUNGLODE

OEI

 CORPORACIÓN
ESCENARIOS



Este documento foi consolidado e redigido por Erika María Rodríguez Pinzón, consultora externa da Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI). Inmaculada Ballesteros, Sandra Cadavid e Camila Cuasialpud Trejo (coordenadora da equipe da Corporación Escenarios) colaboraram na redação dos capítulos.

As opiniões expressas neste documento são de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo necessariamente as opiniões institucionais da Organização ou dos países que ela representa.

© Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura; Fundación Alternativas; Fundación Global Democracia y Desarrollo y Corporación Escenarios, 2022.

C/ Bravo Murillo, 38
28015 Madrid, España
oei.int

Esta publicação deve ser citada como: Rodríguez Pinzón, E. M (2022) “Nova agenda de cooperação Ibero-América-União Europeia. Prioridades estratégicas para a cooperação na Ibero-América em termos de educação, inovação, cultura e transição ecológica”. Madri, Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).



Design e Diagramação: Cálamo & Cran

Impresso em Madri, pela OEI, novembro 2022

Todos os direitos reservados.

Este relatório pretende ser amplamente divulgado e assim contribuir para o conhecimento e troca de ideias. Portanto, sua reprodução é permitida desde que citada a fonte e seja realizada sem fins lucrativos.

NOVA AGENDA DE COOPERAÇÃO IBERO-AMÉRICA-UNIÃO EUROPEIA

Prioridades estratégicas para a
cooperação na Ibero-América em termos
de **educação, inovação, cultura e
transição ecológica**

 FUNDACIÓN
alternativas


FUNGLODE


CORPORACIÓN
ESCENARIOS

OEI



APRESENTAÇÃO





O futuro é agora: Nova agenda de cooperação Europa-América Latina

O documento *Nova agenda de cooperação Ibero-América-União Europeia* apresenta as linhas de ação imprescindíveis para fortalecer a relação entre a Ibero-América e a União Europeia, de acordo com um novo conceito de multilateralismo regional. A agenda levanta questões para o futuro imediato, como inovação tecnológica, transformação digital na educação, cidadania cultural e transição ecológica, que têm sido mencionadas nas novas propostas temáticas dos governos da região.

A Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI); a *Fundación Alternativas*, da Espanha; a *Fundación Global Democracia y Desarrollo* (Funglode), da República Dominicana, e a *Corporación Escenarios*, da Colômbia, reuniram-se no âmbito da Cátedra de Integração Ibero-Americana para apresentar estas propostas, cujo objetivo é responder aos desafios econômicos, sociais e políticos que a região vem enfrentando desde o final da pandemia, contribuir para a reconstrução do tecido social e a recuperação de suas economias e assegurar a próxima governabilidade democrática.

A agenda, com suas iniciativas, pode servir como um plano de ação para os governos que participarão da XXVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que será realizada na República Dominicana em 2023, a primeira após a pandemia, e, para isso, sugerimos retomar as ideias da filósofa María Zambrano quando dizia: “A Espanha se descobre na América Latina”. Pode-se dizer também que a América Latina pode ser descoberta agora espelhando-se na Europa.

Conforme mencionado acima, este documento foi elaborado por quatro entidades e apresenta a opinião de especialistas que discutiram e formularam propostas no âmbito da Cátedra de Integração Ibero-Americana, que, desde 2018, já promoveu mais de vinte fóruns de discussão sobre políticas públicas e desafios regionais para superar as desigualdades econômicas e sociais, proteger os direitos humanos e preservar a região como uma área de paz, tendo os debates sobre educação, ciência, cultura e meio ambiente como eixos articuladores do grande propósito político da integração.

“Nunca estivemos tão desintegrados como hoje, e nunca precisamos tanto de integração” é uma das frases mais alarmantes e recorrentes do presidente da *Corporación Escenarios* e ex-presidente da Colômbia, Ernesto Samper. Ela reitera a importância de reativar processos de integração na região, em diferentes espaços e em diferentes velocidades. Que não sejamos novamente surpreendidos completamente desarticulados por uma crise como a causada pela pandemia. Outras crises que estão aparecendo, como o aquecimento global, a escassez de alimentos ou a destruição dos ecossistemas americanos, exigem a elaboração e implementação de políticas públicas para além das fronteiras terrestres e marítimas de cada país.

Temos que estar preparados para um futuro que se antecipou. Precisamente esta antecipação, fruto da construção de um espaço comum ibero-americano, também poderia servir de referência para a tarefa que a Espanha assumirá no próximo ano com a presidência *pro tempore* da União Europeia.

Uma questão que será particularmente importante é a dos fenômenos migratórios. A migração ainda é considerada um “problema” porque ainda não evoluímos para um conceito de cidadania regional e global como aquele que poderia inspirar uma nova globalização baseada na mobilidade das pessoas e na garantia de seus direitos em qualquer parte do mundo.

Alguns destes problemas são tratados neste documento a fim de construir uma nova narrativa sobre o futuro desta relação ibero-americana, que deve beneficiar os dois espaços vinculados para que a região se consolide como um bloco e a integração saia do discurso.



SUMÁRIO

1.

INTRODUÇÃO 07

2.

CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL 10

3.

AMÉRICA LATINA ESCREVE SUA PRÓPRIA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO 14

4.

A NOVA AGENDA EUROPEIA DE DESENVOLVIMENTO: UMA RESPOSTA À CRISE DA GLOBALIZAÇÃO 17

5.

AUTONOMIA ESTRATÉGICA, DEMOCRACIA, GESTÃO DA TECNOLOGIA E DIREITOS HUMANOS ATIVOS DA NOVA RELAÇÃO ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A AMÉRICA LATINA 21

6.

CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE 26

7.

CIDADANIA CULTURAL 40

8.

EDUCAÇÃO PARA O FUTURO: QUALIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO 47

9.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CTI) 53

10.

BIBLIOGRAFIA 61



INTRODUÇÃO



Durante muito tempo a América Latina foi um dos agentes mais ativos do multilateralismo e da política de desenvolvimento. Neste esforço, baseado em valores partilhados, sempre encontrou um objetivo comum com a União Europeia (UE): proporcionar a seus cidadãos os bens, serviços e direitos que lhes permitam desenvolver-se plenamente. No entanto, este caminho não foi fácil: a desigualdade entre e dentro dos países acentuou várias lacunas estruturais que perpetuam sistemas sociais e políticos desiguais e injustos, com as meninas e mulheres como as maiores prejudicadas.

Apesar disso, os cidadãos da América Latina não desistiram de tentar melhorar suas condições de vida. As redes de apoio e intercâmbio geradas no espaço ibero-americano (de jovens, mulheres e defensores de direitos humanos) têm sido catalisadoras, um rico propulsor de mudanças para a construção de uma cidadania global que aspira ter mais oportunidades e bem-estar para todos. Nas últimas décadas, os sistemas democráticos latino-americanos atenderam diversas demandas sociais, obtendo importantes avanços no desenvolvimento legislativo, assim como uma institucionalidade mais complexa nos países (com alguns avanços em nível regional). Nesse processo, a cooperação internacional também tem estado muito presente e tem contribuído para a melhoria da qualidade das políticas públicas. A persistência de modelos econômicos reprimarizados, a falta de empregos de qualidade, a escassa proteção social, o aumento da violência, a pandemia e a atual conjuntura econômica mundial volátil pioraram a situação de milhões de latino-americanos e latino-americanas.

Por outro lado, a Europa viu seu modelo social e econômico ser questionado. A crise financeira ocorrida em 2008 não só limitou o crescimento econômico, como também quebrou o projeto europeu, levantando dúvidas existenciais sobre o mesmo. No entanto, a ferocidade da pandemia e seu enorme custo humano demonstraram que uma Europa unida na força de seus estados de bem-estar social era uma aliada indispensável para enfrentar os riscos atuais. A invasão da Ucrânia pela Rússia representa um novo desafio cujos custos não são apenas políticos, pelo contrário, têm um impacto direto na vida diária das cidadãs e cidadãos.

A situação histórica tornou-se um incentivo para a mobilização cidadã ativa e a formulação e sucesso de propostas políticas diversas e plurais que ampliaram os debates sobre as expectativas dos cidadãos de ambas as regiões. Entretanto, também tem dado lugar à presença crescente de discursos que questionam valores como a igualdade, a solidariedade ou a pluralidade das sociedades. Da mesma forma, questionam o sistema multilateral e os preceitos de uma busca supranacional do bem comum.

A relação entre a Europa e a América Latina em um cenário de crise e mudanças geopolíticas é um desafio, mas, acima de tudo, é uma grande oportunidade para reafirmar conjuntamente valores e princípios comuns e para atualizar uma agenda de desenvolvimento sustentável relacionada, em que as demandas são priorizadas com base em uma sólida conceitualização de questões que os cidadãos, por meio de organizações da sociedade civil, colocaram na mesa de debate. Questões cada vez mais urgentes, como: igualdade substantiva; paridade política entre homens e mulheres; equidade social; transição econômica, energética, digital e ambiental justa; reconhecimento da diversidade e necessidade de fortalecer os laços sociais e comunitários, etc, enfim, a necessidade de fazer uma transição para a dignificação de políticas, pessoas e comunidades.

É necessário ouvir as propostas dos territórios, das comunidades e das diferentes faixas etárias, assim como contar com a experiência que emerge do sul global para a cooperação para o desenvolvimento. A América Latina é uma fonte rica em propostas e evidências de boas práticas, como demonstram seus processos de Cooperação Sul-Sul e Triangular. Essas propostas podem dialogar com a política e o conhecimento técnico se unirmos a intenção e o esforço para alcançar os objetivos da Agenda 2030 e ir além dela.

Depois da pandemia da covid-19 e seus subsequentes desafios, abre-se uma oportunidade para realizar reformas substanciais que permitam estabelecer as bases de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, dialogada e apropriada para as duas regiões, em um novo contrato social de e para homens e mulheres.

Neste processo, há dois eventos cruciais para lançar uma nova estratégia de cooperação: a XXVII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que será realizada na República Dominicana, e a presidência espanhola da UE no segundo semestre de 2023.

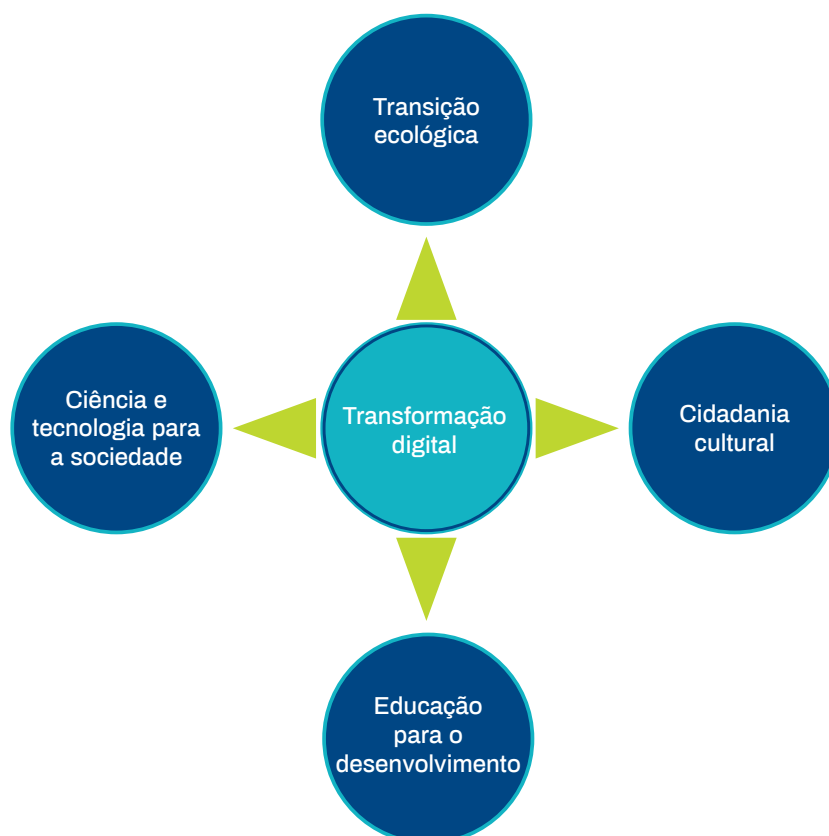
Este documento constitui um esforço precisamente neste sentido. A partir do diálogo entre organizações da América Latina e da Europa, são apresentadas reflexões e propostas para a construção de uma agenda comum mais horizontal, com maior projeção nos processos locais e concentrada não no mero crescimento, mas na dignidade das pessoas e do meio onde vivem.

Embora esta introdução faça uma análise ampla dos desafios da região e da relação birregional, o documento se concentra em quatro dimensões nas quais as organizações participantes têm uma longa experiência: transição ecológica, cidadania cultural, educação e ciência e tecnologia. As quatro áreas mantêm laços profundos entre si e estão interligadas, tendo como eixo a transformação digital.

O documento desenvolve amplamente as quatro áreas, identificando desafios regionais e propondo estratégias que oferecem soluções a partir do fortalecimento da relação birregional. Todas estas estratégias contemplam também os objetivos da Agenda 2030 e resgatam aprendizagens, redes e esforços já iniciados, tanto em nível nacional, como em nível ibero-americano, ou birregional.

ESQUEMA 1.

Dimensões da proposta de cooperação



CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL





Nos últimos anos, a América Latina sofreu uma progressiva desaceleração econômica. Após o fim do ciclo de expansão das commodities em 2019, o crescimento médio da região foi de apenas 0,3%. Além dessa situação, a crise sanitária causada pela pandemia do coronavírus, que, agravada pelos déficits estruturais, gerou um resultado desastroso: milhões de pessoas morreram, muitas ficaram sem renda e ainda não recuperaram seu emprego, as mulheres

sofreram o aumento da desigualdade e milhões de crianças abandonaram as aulas presenciais, entre outras graves consequências.

Especificamente, a região perdeu mais de uma década em termos de redução da pobreza. Em 2021 (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [Cepal], 2022), a taxa de pobreza chegou a 32,1% e deve aumentar para 33% em 2022; a extrema pobreza, por sua vez, chega a

TABELA 1.

Fatores de tensão para o desenvolvimento da América Latina

<p>Desafios estruturais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reprimarização, crise; • Baixa produtividade; • Menor capacidade de gasto público; • Menos espaço e vontade para reformas fiscais; • Migração forçada; • Polarização política, presença crescente de discursos natalistas ou particularistas; • Indignação cidadã (falta de mobilidade social, baixa qualidade das políticas públicas, baixa capacidade das políticas redistributivas, exclusão, insegurança, corrupção); • Perda relativa de relevância internacional da América Latina; • Aceleração do impacto e vulnerabilidade às mudanças climáticas.
<p>Impacto da pandemia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da pobreza e da pobreza extrema; • Enfraquecimento dos mercados locais; • Desemprego e precarização do trabalho; • Consequências desproporcionais para mulheres, crianças e jovens; • Perda de qualidade da democracia e maior fragilidade institucional; • Menor margem política para reformas sociais; • Aumento da dívida pública; • Consequências sanitárias e humanas; • Aumento das atividades ilícitas relacionadas ao narcotráfico; • Capacidade limitada de influência e busca de apoio internacional; • Aumento do preço dos combustíveis; • Dificuldades de acesso a materiais tecnológicos devido à paralisação e desaceleração da cadeia de suprimentos global.
<p>Impacto da guerra</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto adicional na inflação dos preços dos alimentos; • Dificuldade de acesso a insumos agrícolas; • Produtividade agrícola inferior à esperada; • Recuperação da presença global da América Latina no fornecimento de matérias-primas; • Menos recursos disponíveis para cooperação com a região.



13,8%. Isto significa que existem quase trezentos milhões de pobres.

Apesar de alguns países terem observado uma recuperação acelerada da economia nos últimos dois anos, o crescimento médio esperado em 2022 é baixo (2,1%) e insuficiente para melhorar diretamente a situação social. Na verdade, o emprego continua marcado pela crise: os cinco milhões de postos de trabalho perdidos devido à pandemia não foram recuperados, especialmente no caso das mulheres e jovens. Esta situação se agravou devido às características de inserção da região na economia internacional. A maioria dos países passou por processos de reprimarização nos últimos anos, o que os tornou altamente vulneráveis a choques externos. Isto também diminuiu os incentivos, o que poderia gerar cadeias de valor intrarregionais, e piorou a baixa produtividade industrial e a instabilidade do emprego, além de alimentar conflitos por recursos e terras.

Da mesma forma, a atual situação de inflação dos preços de energia, combustíveis e alimentos traz grandes dificuldades para enfrentar os problemas estruturais da pobreza e da pobreza extrema; de fato, espera-se que 7,8 milhões de pessoas se juntem às mais de 80 milhões que não sabem se vão poder comer todos os dias (Cepal, 2022). A situação da alimentação no mundo é muito grave e a América Latina não foge a esta tendência. Em 2022, o custo mundial das importações de alimentos baterá um recorde de 1,8 trilhão, o que significa um aumento de 3% em relação a 2021 (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura [FAO], 2022). Este aumento de preços afeta seriamente os importadores líquidos de alimentos, como Peru, Venezuela e Honduras, que “pagarão mais, mas receberão menos alimentos” (Allievi, 2022).

A vulnerabilidade de grande parte da população de classe média também é grave, principalmente pela fragilidade dos mecanismos de proteção social e pela baixa qualidade do emprego

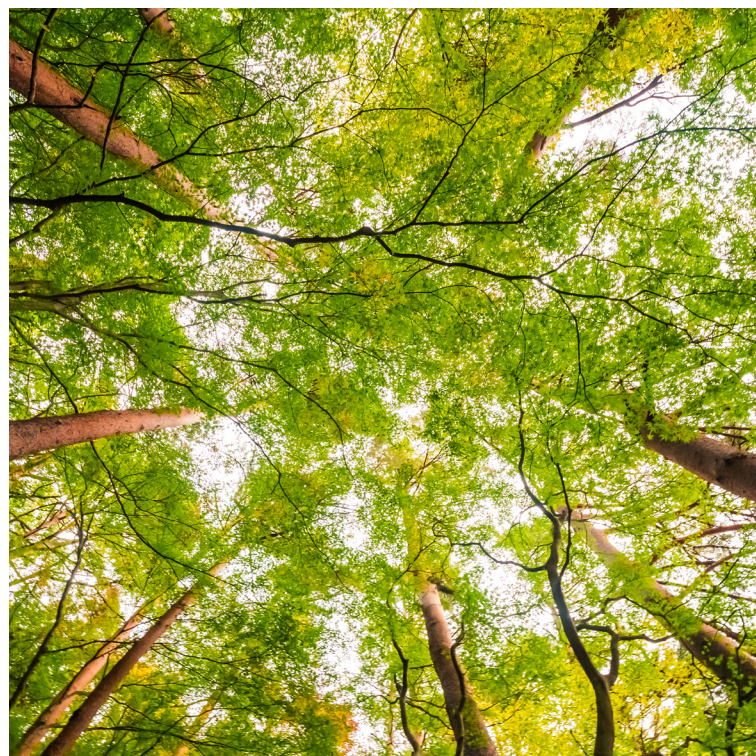


(atualmente, existem cerca de 140 milhões de empregos na economia informal). Entre 2019 e 2020, as classes média e média-baixa diminuíram 3,5%, enquanto os setores de baixa renda (com renda 1,8 vezes abaixo da linha da pobreza) aumentaram 4,7%, e 3,3% a população pobre ou em situação de extrema pobreza (Cepal, 2022). Estes dados denotam a insegurança das classes médias, que facilmente caem na pobreza e para quem a qualidade do emprego é um fator diferencial.

A América Latina também é uma das regiões mais vulneráveis, no curto prazo, à mudança climática, que se mistura com os outros desafios da região, entre eles a pobreza rural, a má distribuição do acesso aos recursos naturais e sua exploração (especialmente terra e água) e atividades predatórias e ilegais, como a mineração ilegal ou o tráfico de ouro.

Por último, vale destacar o impacto da insegurança na qualidade de vida dos cidadãos. Apesar de não haver conflitos violentos entre as nações, alguns países latino-americanos têm as taxas de homicídio mais altas do mundo, com um registro especialmente dramático entre homens adolescentes; além disso, a violência contra a mulher e o feminicídio se espalharam. Os custos desta insegurança se refletem não só na perda de vidas, mas também nas relações cotidianas, aumentando a desconfiança entre as pessoas e o Estado, dificultando os negócios e acarretando custos diretos para as famílias, o Estado e o setor produtivo.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou o conceito de “lacunas de desenvolvimento”, que explicita os fatores que impedem o progresso da região. Embora estas armadilhas mostrem algumas fragilidades estruturais, elas são em grande parte o resultado do avanço em direção a níveis de renda mais altos, que trazem à tona novos desafios para o desenvolvimento e, especificamente, para o “desenvolvimento em transição” (OCDE et al., 2019). Isto destaca a importância para a América Latina e o Caribe da abordagem do “desenvolvimento em transição”. Estas armadilhas concentram os principais desafios em quatro dimensões: a armadilha da



produtividade, vulnerabilidade social, institucional e ambiental.

Em primeiro lugar, para alcançar um nível mais alto de produtividade são necessárias estruturas econômicas diversificadas, com produtos e serviços mais sofisticados. Em muitos países, a produção está concentrada no setor primário, sem uma inserção adequada nas cadeias globais de valor e com poucos incentivos para investir. Em segundo lugar, é preciso quebrar o círculo vicioso da vulnerabilidade social, renda volátil e pouca proteção social, e para isso, é preciso criar mais empregos formais. Por outro lado, a armadilha institucional precisa de melhores instituições para recuperar a confiança, melhorar a qualidade dos serviços públicos, responder aos compromissos de igualdade entre homens e mulheres com políticas de cuidado e educação em uma cultura de igualdade substantiva e responder às aspirações de uma classe média mais ampla. Finalmente, a armadilha da vulnerabilidade ambiental significa avançar para um modelo de desenvolvimento sustentável através da redução das emissões de carbono. (OCDE et al., 2019).

O diagnóstico da OCDE sobre as armadilhas do desenvolvimento reforça uma das teses mais

AMÉRICA LATINA ESCREVE SUA PRÓPRIA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO





importantes para entender os desafios dos países latino-americanos. O desenvolvimento não é um ponto de chegada de uma sociedade, mas um esforço contínuo para garantir a qualidade de vida da população enquanto a tecnologia avança e os desafios sociais, ambientais e econômicos mudam e se tornam mais complexos.

Esta constatação é a base dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que incentivam todos os países a assumirem seus desafios, ao mesmo tempo que apelam para a necessária capacidade de agência e o compromisso multilateral como atores e roteiristas para o futuro da humanidade.

Apesar de seus muitos desafios e do fato de que, há anos, o olhar do norte global tem estado mais interessado em áreas imersas em conflitos internacionais, a América Latina tem assumido o desafio contínuo de dialogar e propor novos paradigmas para a Agenda de Desenvolvimento.

Já ficou para trás a experiência fracassada do Consenso de Washington, que, ao invés de levar a uma melhora da região, enfraqueceu suas bases sociais, democráticas e institucionais. No entanto, ainda persistem alguns de seus efeitos, principalmente no que se refere à fragilidade do tecido industrial e institucional e dos sistemas de proteção social.

Os países latino-americanos, através da Cepal, construíram um acervo poderoso de consensos, boas práticas e evidências que coincide bastante com o diagnóstico da OCDE e suas propostas. Da mesma forma, na região há uma precoce internalização institucional e social tanto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) quanto, posteriormente, dos ODS. Todos os países têm órgãos encarregados de implementar a Agenda 2030 e harmonizar suas políticas públicas de acordo com ela. Apesar dos desafios que estão por vir e dos desafios estruturais, não podemos ignorar alguns avanços na qualidade das políticas de desenvolvimento. É verdade que este processo se alimenta da presença ativa da Espanha, mas a Ibero-América é um espaço dotado de conteúdo e legitimidade conquistado através de um diálogo regional de mais de trinta anos.

A construção de uma agenda comum através da Secretaria-Geral Ibero-Americana (Segib) e a concretização de centenas de projetos através de todas as organizações do sistema ibero-americano, como a OEI, a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), a Organização Ibero-Americana de Seguridade Social (OISS) ou a Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB), são outra conquista em termos de política de desenvolvimento.

Neste sentido, a cooperação triangular e Sul-Sul merece um destaque especial, demonstrando que, apesar de os processos políticos regionalistas não terem um desenvolvimento especial, florescem e crescem redes muito ativas de apoio e troca de experiências que têm um peso relevante impacto no desenvolvimento de programas subnacionais e locais. O Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) mostra claramente estes avanços e sua contribuição para as políticas públicas.

Uma melhoria relevante em relação às questões discutidas neste documento são a Agenda Digital para a América Latina e o Caribe e o Acordo de Escazú, iniciativas regionais de diferentes níveis, mas que visam a possibilidade de avanços conjuntos em algumas áreas, apesar da falta de processos regionais abrangentes.

Especificamente, a criação da Agenda Digital para a América Latina e o Caribe eLAC2022 busca promover o desenvolvimento do ecossistema digital através de um processo de integração e cooperação regional, fortalecendo políticas digitais que promovam o conhecimento, inclusão, equidade, inovação e sustentabilidade. Esta agenda apresenta um conjunto de áreas prioritárias de ação relacionadas com os nove elementos enumerados a seguir (Cepal, 2015, 2018a; Medina e Castillo, 2022):



- 1) infraestrutura digital;
- 2) transformação e economia digital;
- 3) governo digital;
- 4) inclusão, competências e habilidades digitais;
- 5) tecnologias emergentes para o desenvolvimento sustentável;
- 6) confiança e segurança digital;
- 7) mercado digital regional;
- 8) cooperação regional digital;
- 9) luta contra a covid-19 e recuperação e reativação da economia depois da pandemia.

O Acordo de Escazú, por sua vez, é o primeiro pacto regional desta natureza. É um instrumento vinculante decorrente da Declaração sobre a Aplicação do Princípio 10 da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) de 2012, que reconhece que a melhor forma de abordar as questões ambientais é através da participação de todas as pessoas. Seu objetivo é garantir, na América Latina e no Caribe, a plena e efetiva implementação dos direitos de acesso às informações ambientais, participação pública nos processos de tomada de decisões ambientais e acesso à justiça em matéria ambiental, assim como a criação e fortalecimento de capacidades e cooperação, ajudando a proteger o direito de cada pessoa, das gerações presentes e futuras, a viver em um ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável.

Além dos esforços políticos, florescem e se intensificam as redes acadêmicas, econômicas e da sociedade civil. Destacam-se as apostas na integração da tecnologia e inovação social. Em suma, os latino-americanos não estão esperando que alguém escreva o roteiro do desenvolvimento para eles, eles são sujeitos ativos de seu futuro. Aliás, uma questão em que se destaca a contribuição latino-americana é a construção de discursos críticos em relação aos enfoques desenvolvimentistas e a que tem sido chamado

de “mau desenvolvimento”, ou seja, a alienação, desigualdade e insustentabilidade, que derivam, respectivamente, da colonização, do capitalismo e do antropocentrismo (Cubillo-Guevara e Hidalgo-Capitán, 2015).

Em resposta a este diagnóstico, surgem as alternativas de bem viver, compostas de três dimensões (harmonia pessoal, social e integral) e segundo as quais a identidade seria alcançada através da formação de sociedades multinacionais, enquanto a equidade seria obtida por meio da construção de sociedades pós-capitalistas; e por último, a sustentabilidade seria alcançada através da criação de sociedades biocêntricas (Cubillo-Guevara e Hidalgo-Capitán, 2015).

Recentemente, também foi reconhecida a vitalidade do conceito de “vivir sabroso” (viver gostoso) que reúne contribuições das comunidades e visões de mundo particulares para redefinir não só o que é desenvolvimento, mas também o significado de justiça social. Especificamente, este conceito faz parte do patrimônio linguístico das comunidades colombianas do Pacífico e se refere a um modelo de organização espiritual, social, econômica, política e cultural em harmonia com o meio ambiente, a natureza e as pessoas. Constitui uma resposta à exclusão radical por meio das políticas de desenvolvimentismo, que relegaram a um segundo plano as dinâmicas locais de evolução das sociedades humanas no tempo e no espaço (Mena e Meneses, 2019).

Em seu espírito crítico com as teses e, principalmente, com a implementação e os limites das políticas tradicionais de desenvolvimento ocidental e eurocêntrico, estas posturas merecem ser ouvidas e reconhecidas por sua contribuição para criar novos caminhos e, sobretudo, dar uma novo significado à ideia de desenvolvimento ao associá-la a conceitos como justiça, comunidade e dignidade.

A evidência de que a região está passando por uma mudança massiva de modelo dos Governos é a demonstração de indignação cidadã e sua valiosa canalização por meio das urnas. Apesar dos sinais de polarização e da exigência de maior qualidade no sistema de representação, as instituições se mostram resilientes e a vitalidade da cidadania é, mais do que nunca, um apelo à ação.

A NOVA AGENDA EUROPEIA DO DESENVOLVIMENTO: UMA RESPOSTA À CRISE DA GLOBALIZAÇÃO



Em geral, as nações da América Latina, com exceção do Haiti, estão entre os países de renda média. Esta classificação, promovida no início do século XXI pelo Banco Mundial e adotada pela OCDE, busca agrupar os países em segmentos de acordo com seus níveis de renda per capita (Alonso e Santander, 2019). Esta decisão não é inofensiva, já que foi estabelecida como um sistema de direcionamento da ajuda internacional, que se concentrava na população de baixa renda. Assim, a chamada “qualificação” de muitos países da região como beneficiários de preferências comerciais e beneficiários de ajuda bilateral europeia em 2014 fez com que seu peso diminuísse na política de desenvolvimento da União (Sanahuja, 2022b). Como é óbvio, do ponto de vista do desenvolvimento, o aumento da renda não significou a superação das lacunas estruturais.

A retórica da renda média não favorece a cooperação com a região, além de não melhorar o sistema de classificação, pois ignora as particularidades e lacunas que levam os países à chamada “armadilha da renda média”.

A UE assumiu o compromisso de superar o conceito de “qualificação” em sua estratégia de cooperação com a América Latina, adotando o conceito de “desenvolvimento em transição”, que diz respeito à complexidade dos desafios dos países da região e sobre o qual se chegou a um consenso multilateral com a CEPAL e a OCDE.

A política de cooperação para o desenvolvimento da UE reconhece a necessidade de aplicar novas modalidades que vão além dos paradigmas Norte-Sul e prestar ajuda oficial ao desenvolvimento (APD), adotando novas formas de parceria multiagente e multinível (Sanahuja e Ruiz Sandoval, 2019). O Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (NDICI) é usado para flexibilizar a alocação de fundos entre áreas geográficas ou temáticas e enfrentar os desafios globais e o plano de ação comum em torno dos ODS. Estas mudanças procuram dotar a UE dos recursos e ferramentas necessários para conciliar seus valores e interesses num cenário internacional mais complexo, disputado e interligado e, ao mesmo tempo, contribuir para uma cooperação efetiva para alcançar os ODS da Agenda 2030. A UE reafirma assim sua presença e o apoio às

democracias e ao desenvolvimento sustentável, embora deva trabalhar em sua capacidade de comunicar a força de suas relações com a região.

Mas, além de um modelo de cooperação, a UE também tem apostado fortemente em algo que tem a ver com seu próprio modelo de desenvolvimento e com sua presença no mundo. A pandemia expôs vários de seus pontos fracos, alguns dos quais se tornaram crônicos desde a crise financeira de 2008. Esta situação agilizou o consenso para definir uma estratégia comunitária. A invasão da Ucrânia pela Rússia foi outro elemento acelerador deste processo.

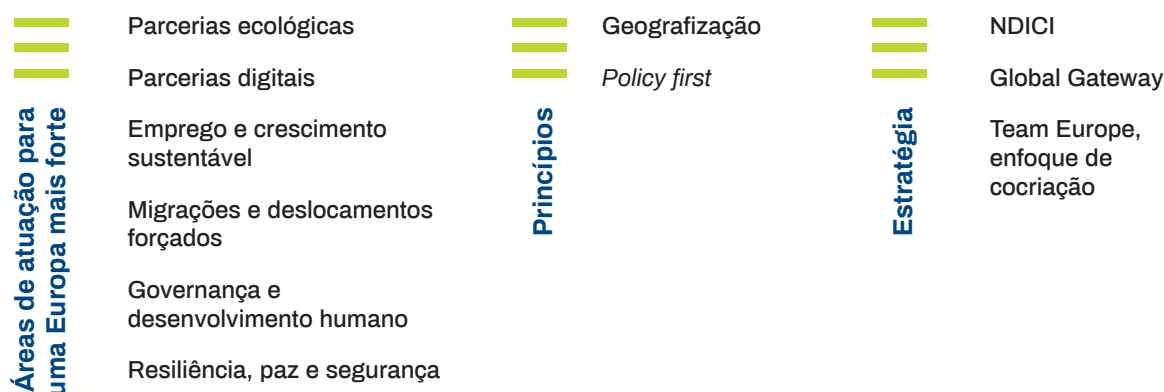
A resposta à crise tem sido articulada através do instrumento Next Generation EU (NGEU), um pacote financeiro sem precedentes, mas também “uma reivindicação do multilateralismo e da integração regional” (Sanahuja, 2022a, p. 3). Além dos fundos, o compromisso de mudança do modelo produtivo e energético corresponde ao Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal, EGD).

O Pacto Ecológico torna a luta contra as mudanças climáticas o principal objetivo da UE, integrando de forma coerente a política econômica, social e ambiental com a política externa dentro de uma nova estratégia que promove o crescimento econômico e a sustentabilidade. Os três principais desafios ambientais são abordados (clima, biodiversidade e poluição) com uma matriz de políticas que engloba energia, indústria, construção, mobilidade, agricultura e alimentação. Para isso, são utilizados mecanismos de mercado, mas também se reconhece o papel preponderante das políticas públicas, deixando para trás a teoria ortodoxa ordoliberal (Sanahuja, 2022a).

Além das grandes estratégias que orientam a transformação do modelo europeu, há materializações muito relevantes de seu projeto regulatório e social. Um bom exemplo é a Declaração de Princípios e Direitos Digitais, apresentada para aprovação ao Parlamento Europeu em janeiro de 2022. A declaração, a primeira do gênero no mundo, será um ponto de referência para todos na UE e um guia para políticos e para empresas que desenvolvem tecnologias digitais. Os direitos e princípios digitais serão

ESQUEMA 2.

A agenda europeia de desenvolvimento



refletidos nas ações da UE, em sua atividade futura e em todas as interações com seus parceiros globais. Toda a população da UE deve aproveitar ao máximo a transformação digital. Os direitos e princípios digitais orientarão a UE em seu esforço para promover uma sociedade inclusiva, próspera e sustentável (Comissão Europeia, 2022).

Outro exemplo, sem dúvida, é a incorporação da perspectiva feminista na cooperação e ação externa da UE através da significação do princípio da igualdade substantiva entre homens e mulheres, transformado em um valor global e transversal de toda a engrenagem institucional e normativa (*Gender Action Plan III – towards a gender equal world, 2021-2025*). Este reconhecimento e reformulação das prioridades estratégicas da Europa não visa apenas enfrentar os profundos equilíbrios econômicos e sociais da recessão, da pandemia e da guerra, mas se articula na estratégia de uma Europa geopolítica e de autonomia estratégica. A Europa busca reafirmar seu papel no mundo com uma proposta de desenvolvimento dentro e fora de suas fronteiras; sendo assim, de acordo com o conceito de “autonomia estratégica”, que já figurava na Estratégia Europeia de 2016 (UE, 2016), afasta-se do alinhamento com outras potências para promover o diálogo internacional e a busca de uma presença própria baseada em seus valores e interesses. Esta postura também repercute em

uma América Latina que já usufrui dos benefícios da abertura comercial, financeira e política a diferentes blocos e potências, ao mesmo tempo em que busca aumentar sua capacidade de negociação e favorecer os interesses estratégicos de todos os países da região.

A Europa é o principal doador de cooperação para a América Latina, apesar de ser essencialmente uma região de renda média. A relação birregional sempre foi forte e tem permitido o desenvolvimento de inúmeros projetos, não só baseados num conceito clássico de cooperação Norte-Sul, mas também na promoção da cooperação triangular. Este modelo rompe com a estrutura rigidamente bilateral com que nasceu o sistema de cooperação para abrir espaço para geometrias diversas em que países de diferentes condições e níveis se unem em uma ação de desenvolvimento (Alonso, Aguirre e Santander, 2019, p. 159).

A estratégia europeia contempla também articular e coordenar seu esforço de resposta através da cooperação. A iniciativa “Team Europe” é uma nova abordagem baseada no trabalho conjunto das instituições europeias, Estados-Membros e suas agências de implementação e instituições financeiras de desenvolvimento. As atividades realizadas no âmbito do Team Europe se inserem nas três prioridades do comitê: oferecer uma resposta de emergência à crise sanitária



e necessidades humanitárias; fortalecer os sistemas de pesquisa, saúde e água e abordar as consequências econômicas e sociais. Esta proposta contempla a recuperação no médio e longo prazo, com especial atenção à consecução dos ODS.

A estratégia mais recente, o Global Gateway, busca fomentar vínculos inteligentes, limpos e seguros nos setores digital, energético e de transporte, assim como desenvolver sistemas de saúde, educação e pesquisa em todo o mundo. Assim, a UE reforça seu papel como financiadora e fornecedora de tecnologia, conhecimento e boas práticas para responder às demandas do Sul global e reafirmar seu papel geopolítico. Com esta resposta direta à crise da globalização, propõe soluções a partir de seu âmbito de autonomia e princípios.

Desta forma, a UE intensifica a oferta para seus parceiros com grandes investimentos em infraestrutura em todo o mundo. Entre 2021 e 2027, o Team Europe mobilizará até trezentos bilhões de euros para investir no setor digital, clima e energia, transporte, saúde e educação e pesquisa.



AUTONOMIA ESTRATÉGICA, DEMOCRACIA, GESTÃO DA
TECNOLOGIA E DIREITOS HUMANOS ATIVOS DA NOVA
RELAÇÃO ENTRE A UE E A AMÉRICA LATINA



A difícil conjuntura internacional é uma nova oportunidade para promover as relações da UE no contexto de uma crise sistêmica que expôs as fragilidades do sistema econômico e representa uma ruptura no processo de hiperglobalização.

A crise financeira, a pandemia global, a quebra da cadeia de suprimentos, a inflação e a guerra mostraram que são necessárias instituições fortes e resiliência (não apenas política, mas também fiscal) para enfrentar os desafios emergentes e sua complexidade. A chave da resposta está em mais Estado, mais parcerias e maior força institucional.

Da mesma forma, a inquietação social, o descontentamento e o surgimento e sucesso eleitoral de alternativas políticas ultraconservadoras e natalistas implicam a necessidade de reconsiderar os princípios da democracia, criar uma frente comum em torno dela e defender os direitos e liberdades sociais da primeira, segunda e terceira geração. O desafio democrático exige mais democracia, mais pluralismo, mais igualdade de gênero e mais sociedade civil.

Em relação a estes princípios, existem algumas prioridades na relação birregional e na agenda

comum de desenvolvimento sobre as quais é lançada a proposta contida neste documento:

- o reforço das parcerias regionais e birregionais no âmbito da busca de uma autonomia estratégica;
- fortalecer os sistemas de pré-distribuição e redistribuição, especialmente em educação e ciência, como fórmula para superar as lacunas estruturais;
- cultura e digitalização como instrumentos de democracia representativa, pluralismo e justiça social;
- uma transição social e ambiental para a sustentabilidade como eixo de toda ação pública e cooperação para o desenvolvimento.

Como já foi destacado, na América Latina existem quatro lacunas estruturais (e uma lacuna transversal de gênero que afeta todas as mulheres) que impedem o avanço da região. Embora o diagnóstico seja adequado, não é fácil implementar mudanças fundamentais que ajudem a eliminá-las. Além disso, é necessário agir de

ESQUEMA 3.

Princípios da cooperação birregional.



forma rápida e ampla em vários âmbitos e níveis para estruturar os degraus que permitirão à população superar estas lacunas, saindo do abismo sem deixar ninguém para trás.

Este último ponto é muito relevante se olharmos para a história da política latino-americana que, apesar da consolidação democrática em quase toda a região e dos avanços em termos de institucionalidade, no acesso a serviços e crescimento econômico, sistematicamente deixou para trás grande parte de sua população, principalmente indígenas e afrodescendentes. A política de desenvolvimento da região deve contemplar não só determinados setores da população, mas também suas visões de mundo, suas necessidades sociais e sua relação com o meio ambiente e o território. Além disso, não se pode perder de vista o importante papel que os grupos indígenas e as comunidades rurais desempenham no desenvolvimento sustentável e sua contribuição com base em sua relação ancestral com o território. Por outro lado, as democracias latino-americanas ainda não alcançaram a coesão social que implica “igualar” metade de sua população: as mulheres latino-americanas. Apesar dos avanços normativos, a realidade tem mantido as mulheres, em seu cotidiano, numa situação de subordinação estrutural, ainda pendente de representação, redistribuição e reconhecimento iguais aos dos homens (Aguirrezábal, 2021). Para as mulheres considerarem o pacto social latino-americano como seu e se sentirem cidadãs plenas em seus países, os fundamentos desse contrato social devem ser modificados através de um desenvolvimento sustentável em democracias paritárias, de acordo com o Marco Normativo para Consolidar a Democracia Paritária (Parlamento Latino-Americano e Caribenho [Parlatino], 2015).

Há uma dívida histórica a ser paga e não é uma questão de identidades e particularismos; sem a tão almejada coesão social, muitos dos males da região, como a insegurança ou a vulnerabilidade, não serão resolvidos. Sair do abismo, todos, e não voltar a cair: essa é a missão. Não é apenas uma questão de justiça e legitimidade social, é também um avanço necessário e

inteligente, porque a coesão social é mais eficaz para o crescimento sustentável.

Da mesma forma, é necessário chegar a um acordo intergeracional que leve em conta as crianças e jovens como cidadãos ativos na definição de suas necessidades e expectativas. A pandemia revelou um déficit democrático na proteção dos direitos dos menores. O que está em jogo não é apenas garantir estes direitos e dar-lhes ferramentas para seu futuro, mas também mostrar-lhes que a democracia é o caminho e que ela tem respostas e um lugar específico para eles. A transformação digital e a cidadania cultural são aliadas essenciais neste objetivo.

Esta situação está, sem dúvida, ligada às mobilizações sociais que ocorreram em vários países desde 2019 e que, apesar de terem conduzido a processos de canalização política (como a Convenção Constituinte do Chile ou as eleições presidenciais na Colômbia), não encontraram ainda uma resposta e mantêm as tensões entre os representantes políticos, a cidadania e as fraturas sociais. Inclusive, algumas delas pioraram ou vão se agravar devido ao aumento do preço dos combustíveis e dos alimentos. A insatisfação cidadã está relacionada à baixa qualidade das políticas públicas, à corrupção, à enorme vulnerabilidade das classes médias, à exclusão social e à insegurança. As expectativas sociais geradas em torno do crescimento econômico da primeira década do século XXI não foram atendidas e isso agravou a brecha entre cidadãos e governos. Os resultados e previsões do ciclo eleitoral regional 2020-2022 mostram uma tendência de mudança que impõe grandes desafios aos presidentes eleitos (Rodríguez Pinzón, 2021).

A associação entre a América Latina e a Europa deve contribuir para fortalecer a democracia, a equidade e as sociedades abertas em um momento em que as instituições e as normas das quais depende sua materialização não gozam da necessária confiança cidadã e são questionadas pelo surgimento de forças iliberais, ultranacionalistas e autoritárias (Sahanuja, 2022b).

ESQUEMA 4.

Rumo a uma estratégia de cooperação birregional



Mas esta relação deve ser baseada no diálogo, em um esforço conjunto para combinar os desafios do desenvolvimento, autonomia internacional e legitimidade do modelo democrático.

A América Latina foi promotora da política de desenvolvimento e do multilateralismo, e precisa retomar esta capacidade e se tornar um ator relevante no âmbito internacional. Esta proposta de modelo próprio deve consistir numa aposta firme em P&D+I, na cultura e sua relação com a construção da cidadania, da igualdade e da sustentabilidade. Este último elemento requer que as duas regiões repensem e discutam seu contrato social e seus desafios. Este contrato pode ser alcançado em três níveis: através de acordos transversais entre grupos socioeconômicos, territórios e gerações; promovendo estratégias produtivas resilientes e sustentáveis que gerem emprego de qualidade e promovam a transformação ecológica e digital (além de sistemas de proteção social amplos e eficazes); finalmente, através de um modelo mais sustentável de financiamento para o desenvolvimento (OCDE, 2021).

Esta estratégia coincide com a que a América Latina implementou para si mesma em colaboração com a UE, mas, embora não haja uma

formulação regional institucional, tanto a evidência dos resultados eleitorais recentes quanto os debates que ocorrem na região e nos diversos fóruns multilaterais dos quais seus membros participam, coincidem com estas prioridades.

O modelo de desenvolvimento solidário e a transição ecológica

O modelo de desenvolvimento solidário, de abordagem progressista, propõe um esquema baseado em seis pilares: a busca da igualdade como valor central do desenvolvimento e a redução das assimetrias globais; a busca de valor; uma nova política econômica, diversificada e baseada na incorporação do conhecimento; transição ecológica; um novo marco institucional democrático e integração regional.

Como vemos, a transição ecológica está no centro da proposta. O desenvolvimento não pode ser entendido em termos contemporâneos sem incluir as justificadas apreensões sobre o extrativismo e os efeitos nocivos que os modos de produção atuais têm sobre a biodiversidade.

O modelo enfatiza a ideia de que superar a pobreza e atingir um patamar de igualdade e dignidade material não significa, de forma alguma, colocar em risco o bem-estar das gerações futuras devido à desmedida depreciação dos recursos. Por isso, propõe uma matriz energética que compatibilize a satisfação das necessidades com os equilíbrios ambientais. Também inclui as reflexões após a situação dramática da pandemia, pois foi nesse contexto que ela surgiu. Segundo vários estudos, os altos níveis de contaminação durante o isolamento explicam um aumento de 15% nas mortes pela pandemia (Pozzer *et al.*, 2020). Entre as áreas mais atingidas pelo caos climático estão a América Latina e o Caribe. Da mesma forma, 32% das mortes por covid-19 ocorreram na região, apesar de representar 8,4% da população mundial (Cepal, 2021). O novo modelo de desenvolvimento solidário é reivindicado como ambientalmente sustentável. Para isso, prevê uma transição ecológica que começa com a realização dos ODS até 2030.

A transição ecológica referida no modelo também contempla propostas como reduzir as atividades que agravam o aquecimento global, proteger a biodiversidade, frear o desmatamento da Amazônia, disseminar os valores do animalismo e da revolução das proteínas vegetais, rejeitar variedades transgênicas, desenvolver energias renováveis, proteger as fontes de água, defender os líderes ambientais e a governança ambiental (consagrada no Acordo de Escazú), preservar os recifes de corais do Caribe e conter os excessos resultantes do desenvolvimento da inteligência artificial. Tudo isto deve resultar em uma “conexão ecossistêmica” viável, durável e sustentável ao longo do tempo, um modelo de desenvolvimento alinhado com a nova realidade ambiental.



CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO ECOLÓGICA NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE





Depois de dois anos de pandemia, crise econômica e sanitária e instabilidade global, ficaram evidentes as enormes contradições de nossos sistemas político e econômico, assim como a inviabilidade de um sistema produtivo incompatível com a preservação do meio ambiente. Durante várias décadas, pensou-se que a integração regional em qualquer uma das sub-regiões da América Latina se limitasse exclusivamente à livre circulação de bens, serviços e capitais. No entanto, diante desta nova realidade e das demandas de mudança dos cidadãos de todas as partes da região, não podemos esperar mais para incluir a transição ecológica na agenda de integração.

Isto implica buscar um novo modelo de desenvolvimento baseado na solidariedade e em valores coletivos mais compatíveis com o equilíbrio ambiental em suas diferentes manifestações. Sabe-se hoje que a degradação do meio ambiente, a escassez de recursos e suas consequências são a base dos conflitos armados e das tensões sociais em todo o mundo.

Os Estados latino-americanos e caribenhos correm o risco de baixar a guarda e acreditar que a criação de ministérios do Meio Ambiente é suficiente para enfrentar este desafio, mas é urgente transcender e avançar rumo a uma cultura ambiental em que o papel das autoridades não seja o de mera “polícia ambiental”, e ajam como articuladores estratégicos das diferentes políticas. Seguindo esta mesma lógica, corre-se o risco de que um imposto destinado a

desencorajar os danos ao meio ambiente acabem mercantilizando esta defesa com bônus, taxas e impostos que deixam a possibilidade de degradação nas mãos dos mais ricos, enquanto as classes médias e baixas assumirão a maior responsabilidade, nada proporcional às suas carências. Por isso, a transição ecológica implica uma mudança de mentalidade para retomar alguns dos valores do extenso universo cultural ibero-americano e de povos que historicamente defenderam o meio ambiente.

Dado o caráter urgente da transição ecológica, esta proposta pretende servir de insumo para uma carta de navegação com o objetivo de implementar ações que facilitem a geração de bem-estar material e imaterial que não afete a biodiversidade e os equilíbrios ambientais.

A que transição nos referimos quando falamos de transição ecológica?

Em 1987, apareceu pela primeira vez uma noção específica de transição ecológica, quando o relatório elaborado pela Comissão Brundtland (*Relatório Brundtland*) propôs à Organização das Nações Unidas (ONU) uma análise crítica do caminho que o mundo tinha trilhado em termos de desenvolvimento econômico sem levar em consideração o meio ambiente. Originalmente, este

TABELA 2.

Objetivos da transição ecológica

Desenvolvimento sustentável	Melhorar a vida das pessoas sem destruir a natureza.
Transição alimentar	Agroecologia para que a soberania alimentar não destrua ecossistemas nem ameace a biodiversidade.
Ciência e tecnologia	Investigar mais e otimizar processos para reduzir o impacto ambiental das atividades humanas.
Conservação e recuperação ambiental	Colocar o cuidado com a biodiversidade no centro das decisões.
Energias renováveis	Avançar na eliminação de combustíveis fósseis que contribuem para o aquecimento global ou afetam os ciclos biológicos na natureza.



relatório foi batizado de *Nosso futuro comum* e estabeleceu as bases para pensar no desenvolvimento sustentável e na transição para um modelo econômico que não afete negativamente os ciclos ecológicos da Terra.

A transição ecológica constitui uma necessidade urgente de avançar em todas as áreas da vida (economia, cultura, ciência, mobilidade, etc.) rumo à não degradação dos ecossistemas e da biodiversidade.

A crise ambiental na América Latina e no Caribe

Durante as últimas décadas, as ações ambientais global têm se concentrado em enfrentar a chamada crise climática. Ou seja, entendendo que o aquecimento global, por razões antrópicas, é uma grande ameaça para o planeta, as discussões e decisões sobre a matéria têm dado uma ênfase especial aos problemas associados ao clima, como a queima de hidrocarbonetos, o derretimento dos polos ou a emissão de gases poluentes na atmosfera, produto de indústrias como a pecuária.

A ciência tem alertado sobre a falta de metas mensuráveis nacionais e globais sobre o estado da biodiversidade. As metas AICHI¹ cumpriam este papel; No entanto, esses objetivos da convenção completaram seu ciclo em 2020 e é preciso pensar em uma nova medida de diagnóstico e atuação em torno da biodiversidade. Das vinte metas do AICHI, apenas quatro apresentaram algum progresso e em doze as ameaças à biodiversidade se agravaram, daí a urgência de uma proposta denominada “taxa de extinção” (Rounsevell et al., 2020), que propõe manter nos próximos cem anos as extinções anuais em menos de vinte espécies, incluindo todos os grupos

taxonômicos. Indicadores como a cobertura de áreas protegidas ou a porcentagem de vida selvagem intacta (ambos usados pela Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos [IPBES]) têm sido insuficientes e fáceis de serem assumidos pelos governos sem compromisso com políticas reais de biodiversidade.

Esta proposta é alimentada pela ideia de estabelecer um limite para a política de biodiversidade semelhante ao de dois graus Celsius nas políticas de combate às mudanças climáticas e que seja de fácil comunicação para os tomadores de decisões e espaços de coordenação ambiental. Apesar de tudo, os autores reconhecem que este indicador deixaria muitos elementos de fora da análise e que, mesmo reduzindo a taxa de extinção de espécies, a perda de funções biológicas de muitas delas poderia repercutir na degradação dos ecossistemas. Por exemplo, citam os autores, existe a possibilidade de evitar a extinção de uma espécie mantendo populações minguadas em zoológicos ou reservas. Isso é colocado como uma possível deficiência do indicador, reconhecendo que é necessária uma busca central pela eficiência da mídia em questões de biodiversidade, como é o caso de algumas questões climáticas.



¹ Objetivos do Plano Estratégico para a Diversidade Biológica 2011-2020:

1. mitigar as causas pelas quais a biodiversidade está sendo perdida nas esferas social e política;
2. reduzir as pressões enfrentadas e promover o uso sustentável dos recursos naturais;
3. melhorar a situação da biodiversidade através do cuidado de seus ecossistemas;
4. otimizar os benefícios que a natureza nos oferece (ar puro, água fresca, alimentos, etc.);
5. aumentar o conhecimento das pessoas sobre a biodiversidade.



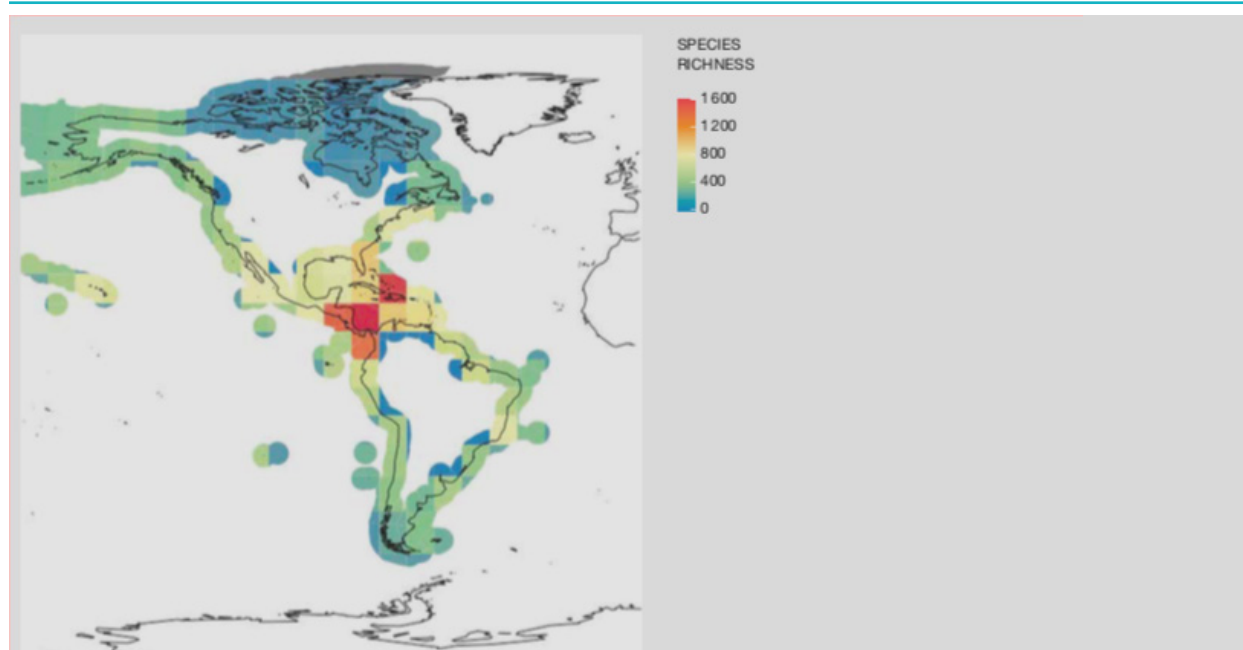
TABELA 3.

Estado dos ecossistemas latino-americanos

Riqueza e fragilidade dos ecossistemas latino-americanos	
12% dos manguezais do mundo (22.000 km ²) estão situados na região do Caribe (<i>Spalding et al.</i> , 2010).	10% das formações de coral do mundo estão no Caribe, com uma área total de 26.000 km ² , e 90% das espécies que habitam estes ecossistemas são endêmicas (<i>Burke et al.</i> , 2011). Desde 1970, o Caribe perdeu metade de sua cobertura de corais.
Estima-se que a América Latina e o Caribe abrigam 13.835 espécies de fauna e pelo menos 12% estão em sério perigo de extinção (Centro Mundial de Monitoramento da Conservação [UNEP-WCMC] e a União Internacional para Conservação da Natureza [IUCN], 2016).	No território americano encontram-se até 40% da cobertura florestal do mundo, sendo 842 milhões de hectares na América do Sul, 723 milhões de hectares na América do Norte e 20 milhões de hectares na América Central. (Global Forest Watch, 2017).
No total, 14% do território do grande continente americano está resguardado sob a denominação de área protegida.	Estima-se que, em 2016, as atividades humanas já tinham destruído 17% da floresta amazônica.
A diversidade biológica marinha e costeira concentra-se principalmente no Caribe, com dois grandes focos com mais de 1.600 espécies. Um deles fica no norte do Caribe, voltado para o Oceano Atlântico, e o outro, no sudoeste do Caribe. O gráfico abaixo mostra a riqueza de espécies por quadrantes de 500.000 km ² .	

MAPA 1.

Riqueza em espécies marinhas e costeiras das Américas

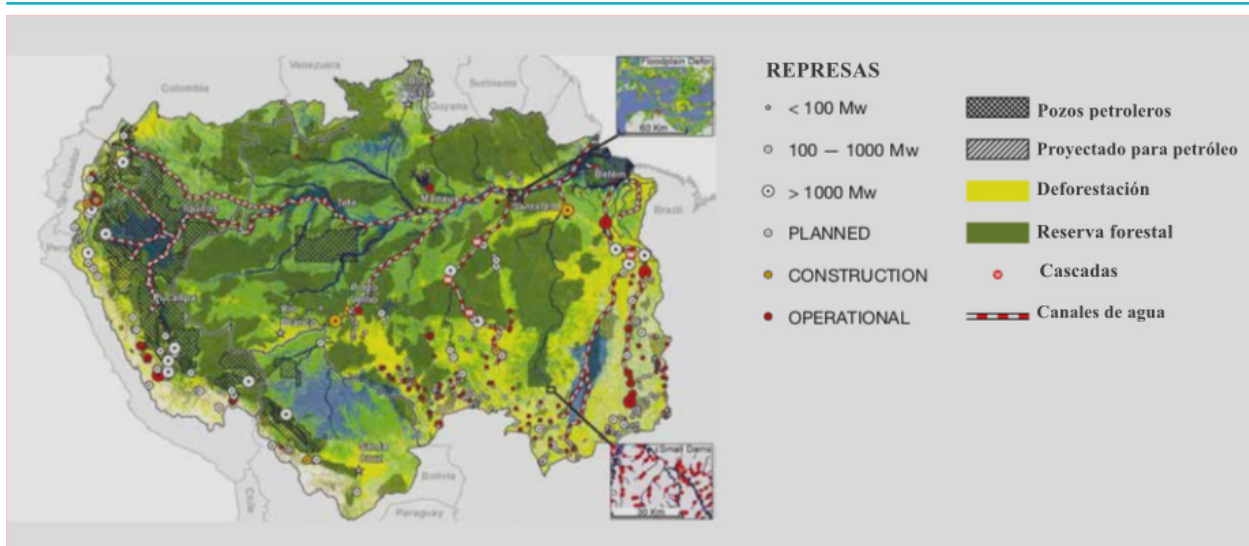


Fonte: IPBES.



MAPA 2

Uso do solo no Amazonas (2013)



Fonte: Castello *et al.*, 2013, retomado pelo IPBES (2018)

Marco internacional e multilateral para a transição ecológica

Embora os ODS sejam uma referência, a região deve ir além e enfrentar os desafios ambientais com sua própria perspectiva, atendendo às suas próprias necessidades. No entanto, apesar de sua riqueza e vulnerabilidade ambiental, a região investe menos em defesa ambiental e transição ecológica do que o resto do mundo.

Na média mundial, os gastos com a recuperação econômica compatível com o meio ambiente chegaram a 19,2%, enquanto na América Latina e no Caribe mal chegaram a 2,2%, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Este programa adverte que 74% dos investimentos com efeitos negativos para o meio ambiente foram destinados à exploração de fontes de energia fóssil e 13% à infraestrutura portuária, o que levará inevitavelmente a um aumento das emissões de carbono.

Por isso, a América Latina e o Caribe devem traçar seu próprio caminho e entender que sua posição, no que diz respeito às mudanças

climáticas, vem de suas limitações socioeconômicas e da necessidade de atingir um patamar material mínimo em termos de desenvolvimento. Isto se deve ao panorama crítico deixado pela crise sanitária. Segundo a Cepal, há 45 milhões de desempregados, o que se soma ao fato de que 201 milhões de pessoas vivem na pobreza e 82 milhões vivem na pobreza extrema. Portanto, é preciso entender que as condições para a implementação da transição ecológica na América Latina e no Caribe, como uma região de desenvolvimento em transição, são diferentes daquelas dos países industrializados que já alcançaram uma melhoria significativa nos padrões de vida ao longo da história.

Estratégia, o marco para a transição

O Marco Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente teve início em 1972 com a primeira Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo. Daí nasceu a **Declaração sobre o Meio Ambiente Humano** de 1992, o primeiro documento internacional que demonstra preocupação com a proteção do meio ambiente e consciência dos danos gerados pelo ser humano.

A partir desse momento, a preservação do meio ambiente e os compromissos dos Estados da ONU se tornaram um tema de vital importância e recorrência. Assim nasceu, por exemplo, o **Relatório Brundtland: nosso futuro comum**, de 1987, citado anteriormente, precursor da transição ecológica.

Depois destes dois marcos, começou a ser traçada a linha jurídica que hoje permite falar em transição ecológica e proteção ambiental. Do marco legal atual, alguns tratados de vital importância devem ser resgatados.

Primeiro, a **Convenção Marco das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas**² (doravante, CMNUCC) estabelece que “as mudanças climáticas da Terra e seus efeitos adversos são uma preocupação comum de toda a humanidade” (UNFCCC, 1994, pág. 2). Reconhece a existência de mudanças climáticas e obriga os Estados signatários a contribuir para a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa. Também estabelece que o desenvolvimento sustentável é um direito das partes e, ao mesmo tempo, um dever que elas têm de promover (UNFCCC, 1994, art. 4).

Desta mesma convenção, durante a XXI Conferência das Partes em 2015, surgiu o **Acordo de Paris**³. Seu principal objetivo é limitar o aquecimento global a menos de 2°C, de preferência 1,5°C, em comparação com os níveis pré-industriais.

Terceiro, a **Convenção sobre Diversidade Biológica**⁴ (doravante CDB) é considerada fundamental para o desenvolvimento sustentável. Contempla como objetivos a conservação da biodiversidade, seu uso sustentável e a distribuição justa e equitativa dos benefícios derivados desse uso. É o primeiro acordo global sobre a conservação e uso sustentável da diversidade biológica (CBD, 1994).

Em quarto lugar, em 2015, a Assembleia Geral da ONU adotou a **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**⁵, um plano de ação que visa beneficiar as pessoas e o planeta. Esta agenda estabelece 17 objetivos e 169 metas que os Estados-Membros devem alcançar até 2030 para acabar com a pobreza e a fome no mundo, combater as desigualdades e proteger o planeta e seus recursos naturais, entre outros propósitos.

Finalmente, cabe destacar o **Acordo de Escazú: Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e no Caribe (Cepal, 2018b)**⁶. Este instrumento surgiu de uma iniciativa multilateral de alguns países da América Latina e do Caribe, e é o primeiro pacto juridicamente vinculante derivado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável que trata de questões ambientais na região. Além disso, é o primeiro no mundo a incluir disposições sobre os defensores dos direitos humanos em matéria ambiental (Acordo de Escazú, 2018, prólogo).

Diplomacia ambiental e política de integração ecológica

A globalização trouxe desafios que os Estados não podem enfrentar isoladamente. Requerem uma estratégia de intervenção conjunta e regeneradora dos ecossistemas, entre diversos outros atores de diferentes países e regiões em todos os níveis de governo (local, estadual, regional, nacional e supranacional) (Gual, 2020). Nos diferentes espaços convencionais de diálogo sobre a globalização, tem-se dado especial ênfase à eliminação das barreiras comerciais para a livre circulação de bens, serviços,

² Fazem parte desta convenção todos os países que rodeiam o Seafloater: Colômbia, Costa Rica, Honduras, Jamaica, Nicarágua e Panamá.

³ Participam os seis países do *Seafloater*.

⁴ Fazem parte desta convenção os seis países do *Seafloater*.

⁵ Participam os seis países do *Seafloater*.

⁶ Todos são signatários, mas só Nicarágua e Panamá o ratificaram.

capitais e, e até certo ponto, de pessoas. No entanto, na América Latina, alguns problemas transfronteiriços de extrema importância, como a degradação ambiental, o risco climático ou a cooperação científica, foram ignorados ou estiveram menos presentes neste discurso. Aqui existe um importante espaço para dialogar com a UE sobre as experiências na regionalização da política ambiental e ecológica e buscar seu apoio para promovê-la.

A questão ambiental deve ser incluída na regionalização, visto que, até agora, foi dada muita ênfase à integração comercial da América Latina, mas pouco às questões relacionadas à transição ecológica. Sua relevância regional é ainda maior considerando o caráter transnacional e a interdependência dos ecossistemas nacionais de sua estrutura regional. É necessário não apenas generalizar o tema, mas também trabalhar aspectos substantivos como a gestão de desastres, em que já se tinha avançado em espaços como a extinta União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Nesse sentido, a “diplomacia ambiental” é importante para uma transição ecológica como mecanismo de interação entre Estados, academia, atores multilaterais e comunidades locais. Sua finalidade é, por um lado, construir os espaços e instâncias necessárias para uma rota ecológica regional de conservação e restauração que integre todas as visões sobre a natureza e, por outro, fazer da cooperação com sentido ambiental uma ferramenta para distribuir de forma justa os custos econômicos, políticos ou sociais decorrentes da transição ecológica.

Um exemplo de diplomacia ambiental é a governança do oceano sob o Programa Regional dos Mares do PNUMA. Com ele, tem-se insistido que o oceano é um ecossistema sem fronteiras e que seus problemas marinhos e costeiros variam consideravelmente entre escalas físicas que nem sempre coincidem com as jurisdicionais, sendo melhor resolvê-los a partir de uma perspectiva regional. Com base nos acordos regionais e planos de ação existentes sob o modelo do PNUMA, ficou demonstrado que, embora nenhum país tenha conseguido enfrentar sozinho os problemas dos oceanos até hoje, uma coisa ficou clara:

a cooperação é essencial para aplicar as soluções. E não só a cooperação entre Estados, mas também com outras organizações internacionais e comunidades locais que habitam e conservam mares e costas há séculos (Mead, 2021).

Além disso, é importante destacar os benefícios gerados pela implementação da diplomacia ambiental: melhora as relações diplomáticas entre vizinhos ao tratar sempre de assuntos de interesse regional, facilita a coordenação de ações comuns diante de desafios transfronteiriços para evitar sobreposições esforços entre Estados diante de um mesmo problema e estimula a execução de planos de ação globais, como os ODS da Agenda 2030 (Gual, 2020). Por isso, é urgente incluir as questões da biodiversidade, transição ecológica e mudança climática por meio da diplomacia ambiental como mecanismo facilitador nos diferentes esquemas de regionalização, sejam eles de integração comercial, acordo político ou participação em instâncias multilaterais.

Por outro lado, a EU propôs alcançar a neutralidade climática até 2050 e liderar o esforço global para a proteção e recuperação ecológica do planeta (Comissão Europeia, 2019). Isso significa promover estes objetivos na política comercial europeia para incentivar uma cooperação ambiental maior e mais ambiciosa (Giles Carnero, 2021). Isto é especialmente relevante no âmbito das relações comerciais com a América Latina e para o fortalecimento de uma sociedade civil que enfrenta inúmeras ameaças tanto pela vulnerabilidade às mudanças climáticas quanto por seu confronto com agentes violentos. É vital proteger os defensores dos direitos humanos, sindicalistas e jornalistas e instar os governos latino-americanos a se comprometerem a garantir sua integridade.

Estratégias regionais para questões urgentes

Perda acelerada da biodiversidade

Nas últimas décadas, o planeta sofreu uma enorme perda de biodiversidade por causas de origem antrópica, como o uso do solo em muitas regiões de alto valor ambiental, mudanças climáticas e poluição de mananciais, entre outras.

TABELA 4.

Problemas da biodiversidade e propostas

Problema	Propuesta
Superexploração dos recursos naturais (caça, extração de madeira, pesca, comércio de espécies).	Limites regionais e estratégias conjuntas contra a ilegalidade.
Destruição de habitats através da reconversão de atividades econômicas que alteram o uso da terra em áreas de interesse ambiental.	Selos de origem regionais e boas práticas ambientais.
Espécies introduzidas.	Protocolo regional para abordar de forma rápida e de acordo com princípios bioéticos a introdução de espécies não nativas em países ibero-americanos e evitar mudanças abruptas nos ecossistemas.
Mudança climática.	Estratégia regional para delimitar e restaurar ecossistemas de alta montanha, como páramos, montanhas nevadas e florestas alto-andinas, entre outros.

De 1970 a 2020, o mundo perdeu 68% das populações de vinte e uma mil espécies, incluindo mamíferos, aves, peixes e anfíbios⁷.

O projeto de transição ecológica deverá revisar a abordagem climática da organização ambiental dos países ibero-americanos para prestar uma atenção especial ao estado da biodiversidade. A definição de metas de biodiversidade nacionais e regionais deve ser determinada por três fatores cruciais:

- monitorar tendências;
- criar melhores estratégias de comunicação;
- garantir a harmonização com a agenda global.

Conforme mencionado anteriormente, a “taxa de extinção” pode ser o principal eixo de uma

política regional para conter a perda em massa de biodiversidade, juntamente com programas regionais e instâncias conjuntas que abordem as causas deste fenômeno.

Fragmentação de ecossistemas e corredores ecológicos por falta de coordenação entre os Estados

Em todo o mundo, existem inúmeros ecossistemas que estão interligados através das fronteiras nacionais: florestas, manguezais, recifes, rios e uma longa lista de biomas que sustentam a vida e vão além dos limites políticos estabelecidos pela humanidade. Esta realidade não tem correspondido à gestão ambiental global, que decidiu, em muitos casos, lotear ecossistemas e corredores ecológicos com base em mapas políticos, afetando seriamente os ciclos naturais.



⁷ Ver em: https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/ipv_2020_resumen.pdf

A gestão conjunta de ecossistemas transfronteiriços também é uma realidade. Em muitas latitudes, concretizaram-se acordos entre dois ou mais países para implementar um modelo de gestão ambiental além das fronteiras nacionais, a fim de não fragmentar ecossistemas ou corredores ecológicos. A América Latina e o Caribe são formados por uma série de ecossistemas interconectados, razão pela qual a tomada de decisões unilaterais em matéria ambiental tem consequências para os países vizinhos envolvidos no mesmo ciclo biológico.

Existem inúmeros acordos, convênios, declarações e planos de ação no mundo que convidam os países a acordar modelos regionais de gestão ambiental, sem impor abordagens soberanas à agenda ecológica. Portanto, a transição ecológica para a América Latina e o Caribe deve traçar um caminho claro para a consolidação de acordos transfronteiriços de conservação e restauração ambiental.

Degradação ambiental e fome

A ciência tem indicado que grande parte das zonas costeiras e insulares do mundo estão expostas a grandes ameaças climáticas: catástrofes naturais, escassez de água, enchentes e erosão das praias, entre outras.

Além disso, a degradação de florestas, rios, páramos e outros ecossistemas da América Latina

tem um impacto direto na segurança alimentar de toda a região. Segundo o estudo mais recente da ONU, em 2022 aproximadamente cinquenta e sete milhões de pessoas vivem em situação de desnutrição na América Latina e no Caribe. Isto, entre outras questões, responde à crise climática que intensificou seus efeitos negativos na vida de agricultores e pescadores.

O modelo agroalimentar da região também foi construído sobre um saldo de degradação ambiental que hoje atinge milhões de pessoas e ameaça a integridade ecológica da América Latina e do Caribe. Uma das maiores expressões deste fenômeno é a extensão desordenada da fronteira agropecuária sobre as áreas florestais, principalmente da pecuária. Em países como a Colômbia, a remoção da camada florestal para posterior pastagem é atualmente um dos principais desafios ambientais, já que resulta na subutilização de vastas áreas que poderiam ser utilizadas em grandes programas de agricultura sustentável ou para restaurar florestas e corredores ecológicos. Da mesma forma, a extensão da fronteira marítima para a pesca industrial tem acabado com os recursos marinhos, colocando em risco de fome milhões de pessoas que vivem em áreas litorâneas e cuja alimentação depende diretamente da pesca artesanal. A agenda dos ODS da ONU estabelece como principal meta global em seu objetivo número dois, dobrar a produção agrícola de pequena escala (pastoreio, pesca e agricultura) para garantir a

TABELA 5.

Propostas para a conservação e restauração ambiental transfronteiriça

<p>Criar uma estratégia ibero-americana para promover os acordos transfronteiriços com a colaboração da Unesco por meio de seu programa Man and Biosphere.</p>	<p>Propor um exercício de facilitação multilateral para que todos os países da região assinem e ratifiquem acordos regionais em matéria ambiental, como os protocolos da Convenção de Cartagena.</p>
<p>Promover programas regionais para a consolidação de grupos de conservação entre dois ou mais países para áreas como a Amazônia, o Caribe e os ecossistemas andinos de alta montanha, entre outros.</p>	<p>Sistematizar as espécies que migram pela América Latina e Caribe para estabelecer corredores aéreos, terrestres e marítimos seguros, como é o caso atualmente na região do corredor Jaguar.</p>

TABELA 6.

Propostas contra a degradação ambiental e a fome

Programa ibero-americano de agroecologia com ênfase em modelos de baixa escala e comércio local.	Estratégia regional e acordada contra a pesca ilegal e controle e vigilância da pesca artesanal.
Plano para estabelecer escolas para a transição alimentar baseado em um modelo de agricultura familiar e autossustentável de hortas caseiras.	Estratégia de cooperação internacional, assumida pelos países, cuja função específica seja o combate à desnutrição na América Latina e no Caribe.
Assessoramento aos Estados da região sobre o fortalecimento de mercados locais, principalmente para reserva de alimentos, para evitar a volatilidade dos preços.	

transição para um modelo agroalimentar sustentável que não destrua os ecossistemas que usam e que os rodeiam.

Diante deste cenário, que relaciona a fome com a superexploração e destruição dos ecossistemas, a região poderia avançar com urgência em diversas estratégias.

Exploração criminosa de recursos naturais e segurança de lideranças sociais

O Acordo de Escazú foi um dos passos mais importantes que os Estados latino-americanos deram para proteger a liderança ambiental da sociedade civil e nivelar as relações entre os cidadãos e os projetos de exploração ambiental. De acordo com o registro da ONG Global Witness, a América Latina é a região mais mortífera para os defensores da natureza, já que lá são cometidos três em cada quatro assassinatos de líderes ambientais no mundo⁸.

A transição ecológica é uma exigência da cidadania global que em nenhum caso deveria levar a ameaças, ataques, exílios, assassinatos ou qualquer tipo de violência ou intimidação contra as pessoas que pedem esta transição com urgência. Estados, empresas e grupos criminosos têm contribuído para a estigmatização e

vitimização de ambientalistas e defensores do território na região com discursos e políticas de acusação. Uma das principais urgências, que deve ser considerada para uma transição energética bem-sucedida, é que os países desenvolvidos, seus governos e suas empresas se comprometam a garantir uma presença ética, informada, pacífica e de diálogo nos países onde têm interesses econômicos.

Os relatórios sobre ameaças aos líderes ambientais na América Latina concluem que estas estão intimamente ligadas à territorialização da mineração, extração de petróleo, exploração madeireira e projetos de urbanismo, entre outros. A relação Estados multinacionais, na qual a ordem pública geralmente cede a administração e exploração dos recursos naturais a atores privados até mesmo em virtude da prestação de um serviço, tem preterido o ator central na conservação, restauração e usufruto dos serviços ambientais: as comunidades. E é esta omissão que desencadeia a ausência de canais de diálogo, desinformação, estigmatização e, no pior dos casos, a gestão privada da segurança e dos conflitos nas áreas de influência dos empreendimentos. Em Honduras, a transferência de uma usina hidrelétrica para um particular terminou com o assassinato da líder Berta Cáceres, um caso que teve muita repercussão na região e pelo qual a empresa privada foi considerada

⁸ "Um continente mortal para os defensores da terra". *El País*, 2022.

TABELA 7.

Propostas para apoiar o trabalho dos líderes ambientais

Criar um protocolo regional para divulgar informações relativas a projetos de alto impacto ambiental.	Criar mecanismos de divulgação do inventário ambiental de cada país, entendido como informações de interesse geral.
---	---

culpada. A cooperação dos países desenvolvidos com a América Latina para uma transição ecológica justa deve favorecer o intercâmbio de bens, serviços e recursos em um ambiente de plena informação, deliberação cidadã, certificação de origem e boas práticas de exploração dos ecossistemas. Uma cooperação internacional que atue como observadora destes processos ajudará a proteger a vida dos defensores da natureza.

A partir do Acordo de Escazú, algumas linhas de trabalho podem ser retomadas para equilibrar a relação Europa-América Latina, cuidar da vida dos líderes ambientais e contribuir para a transição ecológica.

Superando a matriz energética fóssil

Já é amplamente reconhecido que a forma como se produz a grande maioria da energia, através de combustíveis fósseis, é a principal causa da crise climática que ameaça a humanidade e o planeta (ONU, 2021). Também é óbvio que o acesso à energia é um serviço essencial que deve ser garantido.

A ONU, ciente deste dilema, tem feito grandes esforços para unir Estados-Membros, setores privados e organizações internacionais na luta por uma transição energética que supere a energia vinda de combustíveis fósseis e garanta o acesso à eletricidade limpa para os mais de cinco bilhões de pessoas que não dispõem deste serviço.

A luta consiste em duas necessidades imperiosas: acabar com a pobreza energética e limitar as mudanças climáticas. Para atendê-las, é preciso garantir energia acessível, renovável e sustentável para todos, conforme indica o ODS

número 7 da Agenda 2030 (Guterres, 2021, citado pela ONU, 2021).

Para enfrentar a crise climática, uma fonte de energia “limpa” é aquela que não gera emissões de carbono na atmosfera, o que contribui para atingir as metas estabelecidas em vários acordos internacionais de “emissão zero” para limitar o aquecimento global a no máximo dois graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais (Acordo de Paris, 2015). No entanto, a crise climática não consiste apenas no fenômeno do aquecimento global, mas também na perda de biodiversidade e degradação dos solos, entre outros fatores.

No entanto, apesar da importância da agenda de transição global elaborada pela ONU, este conceito de energia “limpa”, que prioriza a redução das emissões causadas pela matriz energética de combustíveis fósseis, também pode ser perigoso e prejudicial para os ecossistemas. Embora existam fontes de energia (como a eólica, solar, nuclear ou hidrelétrica) que não geram emissões de carbono na atmosfera, ou geram menos que os combustíveis fósseis e, portanto, são consideradas “limpas”, sua produção possui algumas externalidades negativas que devem ser destacadas. Para começar, nem todas as fontes renováveis são necessariamente limpas, como é o caso, por exemplo, das mega-hidrelétricas. Apesar de não produzirem emissões, elas não só afetam a dinâmica das populações naturais, como também causam a perda de florestas, alteram o fluxo dos rios e provocam o aparecimento de doenças, influenciando assim a biodiversidade do planeta, que é um dos principais problemas da crise climática atual (Craig *et al.*, 2001).

Isso é importante, principalmente no caso da América Central e do Sul, pois, devido às modernas fontes renováveis, as mega-hidrelétricas são as mais utilizadas, como mostra o gráfico da Agência Internacional de Energia (IEA). De fato, 45% da eletricidade desta região vem de fontes hidrelétricas, o que é quase três vezes mais que a média mundial (IEA, 2021). Embora as barragens sejam um mecanismo que utiliza os rios para obter energia, sua construção nem sempre gera os benefícios e rentabilidade esperados, além de causar o deslocamento e empobrecimento de diversas comunidades, danificando importantes ecossistemas e, com isso, favorecendo a perda da biodiversidade (Rico, 2018)⁹

Outro problema das usinas hidrelétricas nestes países é o perigo de seu funcionamento tendo em vista as variações do clima causadas pelo aquecimento global. A IEA (2021) observou que quanto maior a concentração de emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, maior o impacto negativo na geração hidrelétrica global. As altas temperaturas, alterações nos padrões pluviométricos, derretimento de geleiras e eventos climáticos extremos são variáveis que os países devem levar em consideração para identificar a confiabilidade e rentabilidade de projetos hidrelétricos (IEA, 2021; Diálogo Chino, 2022).

Vale ressaltar também que as fontes de energias renováveis, como a solar ou a eólica, têm suas próprias externalidades. Estes mecanismos geram energia sem emitir dióxido de carbono na atmosfera, mas as matérias-primas necessárias para sua produção destroem o meio ambiente dos locais onde são extraídas. A relação Europa-América Latina deve dar um sentido crítico à obsessão pela promoção das energias renováveis para não estimular uma expansão descontrolada da indústria destas matérias-primas porque causaria outro desastre ambiental além do aquecimento global, relacionado com a degradação dos ecossistemas e a perda de biodiversidade (Villadiego, s.f., citado por Aldama, 2020).

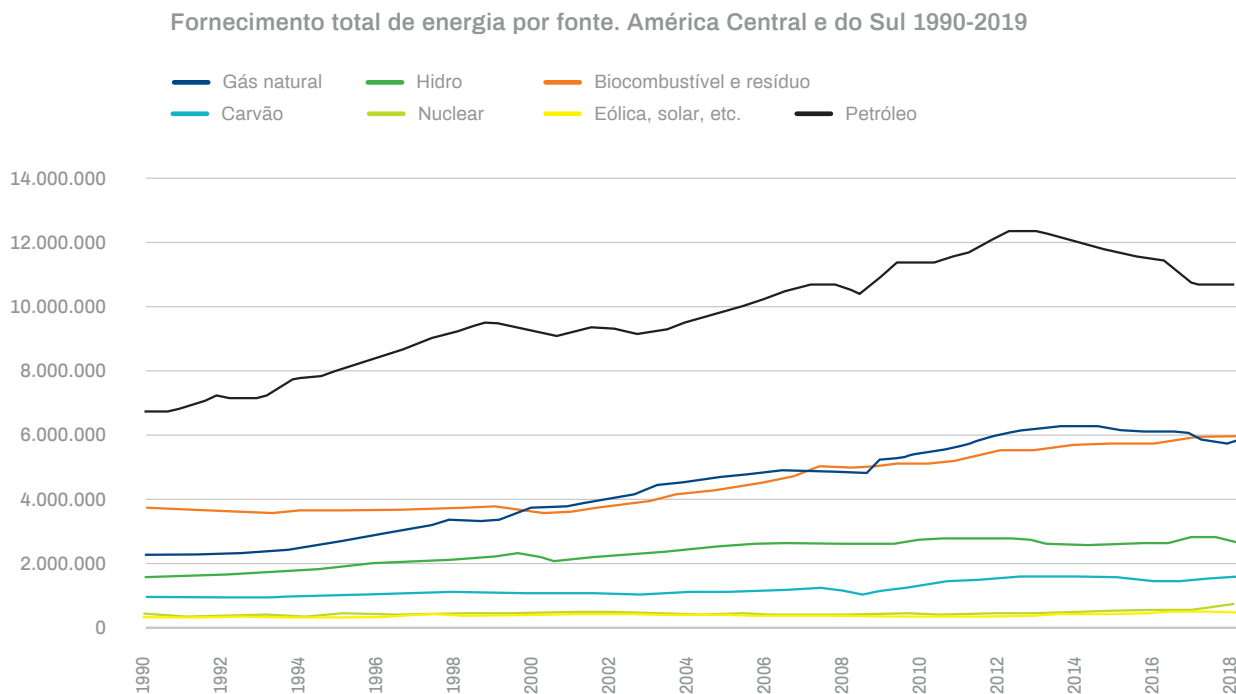
O mesmo acontece com a energia nuclear, que, apesar de não ser uma fonte renovável, não emite gases de efeito estufa para o meio ambiente e, por isso, é considerada “limpa”. Para gerar energia nuclear é necessário o urânio, mineral obtido de diversas formas e que, neste processo, como na extração de qualquer mineral, não produz gases de efeito estufa. No entanto, esta não é a externalidade mais relevante da energia nuclear. O que realmente preocupa é o armazenamento de materiais radioativos e o risco que isso implica. O caso de Chernobyl em 1986 é um exemplo perfeito: um acidente na usina causou uma série de explosões que expulsaram uma enorme quantidade de materiais radioativos na atmosfera, que se espalharam por 162.000 km²; isto causou não só a morte de muitas pessoas, mas também a contaminação de mais de 200.000 km² (Fórum da Indústria Nuclear Espanhola, s.f.). Os efeitos ainda permanecem em um raio de 30 km do local da explosão e, além disso, aumentaram as mortes e alterações na capacidade reprodutiva de muitas espécies da flora e da fauna (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2005).

Em suma, a leitura de energias “limpas” deve ser feita com cautela. Embora deter o aquecimento global seja uma prioridade neste momento, para enfrentar a crise climática e ambiental não se deve desviar a atenção de outros problemas que o agravam ainda mais. A busca de energias limpas, sustentáveis e renováveis não deve gerar um aumento desenfreado destas. É importante garantir a redução do consumo de energia e uma economia circular em que os materiais necessários possam ser reciclados e reutilizados em vez de jogados fora. Só assim a transição ecológica poderia ser sustentável em termos de energia.

⁹ Vale observar o caso do México, exposto por Jocelyn Soto (2020) em um artigo no site da organização internacional Green Peace. Em 2013, este país cunhou um conceito de “energia limpa” que permitia simular o cumprimento de acordos internacionais, uma vez que considerava “energias limpas” aquelas que durante sua produção não geram emissões poluentes, independentemente de causarem outros danos ao meio ambiente. Isso fez com que o México, à luz dos tratados internacionais, passasse de produzir 3,9% de sua energia elétrica com fontes renováveis para gerar 18,9% em 2012. Estes 18,9% eram compostos por 10,7% de energia de mega-hidrelétricas, 4% de energia nuclear e 3,9% de energia renovável, principalmente eólica.

GRÁFICO 1.

Participação das diferentes fontes de geração de energia na América Central e do Sul



Fonte: IEA

Risco, vulnerabilidade e saúde ambiental

A vulnerabilidade ambiental da América Latina é determinada por ameaças naturais que se intensificaram nos últimos anos: furacões, enchentes, secas, etc. Estas ameaças se retroalimentam com o despreparo e adaptação dos países diante da nova crise ecológica do planeta. Por exemplo, assentamentos ao longo do litoral em áreas com furacões ou desvios de rios são realidades arriscadas que aumentam a vulnerabilidade dessas regiões às ameaças naturais.

O reconhecimento dos perigos que o fenômeno da mudança climática acarreta está presente nos tratados, acordos e relatórios da ONU há décadas. Em 1989, a Assembleia Geral desta organização quis amenizar as consequências dos desastres naturais e reconheceu a importância da prevenção, mitigação e preparação para consegui-lo. Posteriormente, foram produzidos diversos documentos, entre os quais se destacam o Marco de Ação de Hyogo para 2005-2015 e o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, nos quais já se menciona especificamente o fenômeno das “mudanças climáticas” como causadora de riscos de várias categorias¹⁰.

¹⁰ O diagnóstico e plano de ação mais importante já escrito sobre as mudanças climáticas é o *Relatório de avaliação de 2022 do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC): Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. Resumo para os formuladores de políticas.*



Neste caminho, a Ibero-América deve ter em mente a agenda científica mais séria que existe para reduzir as vulnerabilidades ambientais em todo o mundo devido às mudanças climáticas, a começar pelas estratégias de adaptação regional incluídas no mesmo relatório. Isto indica que, embora muitos dos riscos sejam inevitáveis no curto prazo, eles podem ser moderados com uma adaptação adequada.

As medidas propostas de acordo com o risco podem ser resumidas da seguinte maneira.

TABELA 8.

Propostas de adaptação às mudanças climáticas

Enchentes	Ajuste dos sistemas existentes (como alertas antecipados), restauração de áreas úmidas e rios, planejamento do uso do solo, manejo de florestas ribeirinhas e estabelecimento de zonas onde não se pode construir.
Seca	Irrigação (com manejo adequado para evitar outros riscos, como a salinização do solo).
Segurança alimentar	Agrossilvicultura, adaptação baseada na comunidade e em seus conhecimentos, diversificação de fazendas, agricultura urbana, manejo baseado em processos naturais, estratégias para reduzir o desperdício de alimentos e apoio a dietas balanceadas.
Incêndios florestais	Diversificação e ajuste da composição das espécies arbóreas (nas florestas sob intervenção).
Adaptação geral das florestas	Cooperação e tomada de decisão inclusiva com as comunidades locais e povos indígenas, reconhecimento dos direitos inerentes a estes povos.
Perda de biodiversidade	Conservação, proteção e restauração de ecossistemas para reduzir a vulnerabilidade da biodiversidade às mudanças climáticas. Facilitar o movimento de espécies para novos locais ecologicamente apropriados, particularmente aumentando a ligação entre áreas de conservação ou protegidas. Manejo intensivo de espécies vulneráveis. Proteger as zonas de refúgio onde as espécies podem sobreviver localmente.
Erosão costeira	Conservação das áreas úmidas costeiras.
Infraestruturas costeiras que poderiam afundar ou desaparecer devido ao aumento do nível do mar	Proteção, habitação, antecipação e realocação planejada.
Doenças	Melhor acesso à água potável, redução da exposição dos sistemas de água e saneamento a enchentes, melhoria dos sistemas de alertas antecipados e desenvolvimento de vacinas.
Saúde mental	Melhoria da vigilância e atendimento da saúde mental e monitoramento do impacto psicossocial de eventos climáticos extremos.
Padrões de migração	Maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2022, pp. 22-29).



CIDADANIA CULTURAL



A América Latina é uma região de grande e complexa diversidade cultural. Para abordá-la em sua relação com a cidadania e os processos de mudança social, é especialmente apropriado utilizar o conceito de “hibridação” desenvolvido por Néstor García Canclini. Em oposição aos conceitos clássicos de “sincretismo” e “miscigenação”, o autor sugere a ideia de “hibridação” como um mecanismo que permite entender como processos socioculturais nos quais algumas estruturas ou práticas discretas existiram separadamente se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas.

García Canclini destaca como o intercâmbio contínuo entre o tradicional e o moderno, o popular e o massivo, o objetivo e o subjetivo está na base dos movimentos de reorganização cultural típicos da modernidade tardia e do próprio sentido de “modernização”, que são justamente marcados pela crescente quebra de fronteiras e demarcações rígidas, ontologicamente constituídas por fenômenos e processos socioculturais modernos (Moebus Retondar, 2008). Esta complexidade de superposição de processos, elementos diversos e desterritorialização da experiência cultural está na base da compreensão e promoção da cidadania cultural como pilar de uma transição social, ambiental e institucional na região.

Um dos maiores avanços que a América Latina já conseguiu em termos de cidadania cultural surgiu da Cooperação Ibero-Americana, que foi a adoção da Carta Cultural Ibero-Americana, um instrumento político destinado à ação da região nesta matéria, que foi aprovada em 2006 na XVI Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em Montevideu. A carta se limita ao marco multilateral promovido pela Declaração sobre Diversidade Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de 2001 e a Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, também da Unesco. De fato, é o primeiro instrumento de desenvolvimento e execução da convenção (Rodríguez Pinzón e Romero, 2022). Este instrumento concebe a cultura como condição, meio e fim para o desenvolvimento pessoal e social, entendendo que deve existir uma relação permanente entre políticas sociais e culturais, uma vez que todas as políticas sociais têm indiscutivelmente uma dimensão

simbólica na construção da cidadania, sua inclusão e participação. Outro aspecto relevante da Carta, especialmente no contexto ibero-americano, é a proteção da diversidade como fator essencial para o desenvolvimento humano.

Além disso, o documento reconhece e aprofunda a complexidade dos conceitos de “interculturalidade”, “multiculturalidade”, “biodiversidade” e “descolonização”, e defende um processo de mudança autônomo através do qual cidadãos e comunidades tenham liberdade para decidir que tradições, valores, práticas e rituais desejam reproduzir, recriar ou transformar. Dentro destes processos, é potencializado o papel do Estado como gestor e garantidor do diálogo, participação, respeito às visões de mundo e capacidade de decisão das culturas ibero-americanas (OEI e Cepal, 2012). No entanto, embora a Ibero-América seja reconhecida como um espaço cultural dinâmico e único, a Carta procura fortalecer um “espaço ibero-americano” que se caracteriza precisamente por sua capacidade de transformação e constante adaptação a novos contextos e realidades sociais, econômicas e políticas.

Os quinze anos da Carta Cultural Ibero-Americana são uma oportunidade para avançar nas questões que ela levanta e para reformular alguns conceitos. Por exemplo, seu preâmbulo afirma que a cultura é entendida como uma dimensão a mais da cidadania. Por outro lado, não explica em que consiste esta cidadania cultural.

Muita coisa mudou desde 2006, quando o estatuto foi aprovado; de fato, a pandemia afetou profundamente o exercício dos direitos culturais, a conservação do patrimônio material e imaterial e a atividade das indústrias culturais e criativas tanto na Europa quanto na América Latina. Isto, somado ao vertiginoso desenvolvimento digital, criou uma lacuna que aumenta a desigualdade e põe em risco a diversidade cultural, um dos principais bastiões da América Latina e da Ibero-América.

Segundo a Cepal (2021c), na América Latina menos de 40% da população possuem conhecimentos básicos de informática, 30% têm habilidades médias e menos de 25% têm habilidades avançadas. No caso da Espanha e de

Portugal, o Índice de Digitalidade da Economia e da Sociedade (DESI) da Comissão Europeia indica que a Espanha tem 91% de penetração da Internet, um percentual que coincide com a média europeia. Em relação à América Latina, o índice é de 72% (Statista, 2022), embora existam grandes lacunas sociais em termos de conectividade, situação que afeta especialmente as áreas rurais. A mesma situação ocorre na Argentina, onde 77,6% dos internautas estão em áreas urbanas (Cepal, 2021). Por sua vez, o Chile e a Colômbia apresentam dados positivos sobre as habilidades digitais da população e o nível de conectividade. É no Peru onde foram identificados os maiores problemas de acesso à Internet devido à falta de infraestrutura: apenas 15% da população rural tem acesso à rede. Este contexto representa um claro risco para garantir o acesso e a participação dos cidadãos na vida cultural, ou seja, torna-se um limite para os “direitos à conectividade” (León e Mora, 2006), que garantem a participação cultural no mundo digital.

Convém avançar na reflexão e dar conteúdo ao conceito de “cidadania cultural” para fortalecer a cultura em um cenário em processo de transformação. Atualmente, há uma imagem mais clara sobre como a cultura pode ajudar em situações de grande tensão social. O papel desempenhado por este setor para aliviar os momentos mais difíceis do lockdown foi fundamental para transmitir a importância da literatura, do cinema e da música para as pessoas. O valor social da cultura é um de seus maiores trunfos e deve estar intimamente ligado ao conceito de “cidadania cultural”.

Neste sentido, a articulação de conceitos mais relevante é a associação de capital cultural com cidadania cultural (Zapata-Barrero, 2016). Sendo assim, propõe-se a criação de capital cultural através do consumo cultural, que vincula as pessoas com determinados grupos (Bourdieu, 1979). Desta forma, o capital cultural pode ser associado ao capital social e afirmar que a participação na vida cultural fortalece a coesão social e o próprio conceito de “cidadania”. No entanto, para obter resultados positivos neste sentido, é necessário propor abordagens que contemplem a diversidade, a começar pelos próprios lugares de referência (comunidade, bairro, cidade).

Podemos dizer que a cidadania cultural é fundamental para que o espaço público se torne o local de acolhimento da diversidade, e deve ser promovida por meio de políticas públicas. O conceito amplamente defendido mantém que o contato reduz o preconceito e promove o conhecimento (Allport, 1954). Além disso, queremos vincular esta noção à de democracia, incorporando os direitos culturais aos de cidadania, que englobam direitos civis, políticos e sociais (Marshall, 2007) e implicam não só a teoria, mas também o exercício da práxis da cidadania, especialmente para as mulheres latino-americanas (Lister, 1997). Este argumento é apoiado também pelo reconhecimento da participação na vida cultural como um direito humano básico no Artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A participação na vida cultural pode ser dividida em três áreas: criação, públicos e gestão (Moore, 2003). É nelas que devem se concentrar as políticas culturais para fortalecer a cidadania cultural.

No Brasil, a cidadania cultural foi incorporada ao organograma da gestão institucional cultural durante a gestão de Gilberto Gil como Ministro da Cultura de 2003-2008; também na Colômbia, especificamente na cidade de Medellín, no período em que Jorge Melguizo esteve à frente da Secretaria de Cultura Cidadã (2005-2009). Em ambos os casos, os resultados foram notáveis. No caso de Medellín, foi selecionada pelo Urban Land Institute como a cidade mais inovadora entre duzentas candidatas. No caso do Brasil, vale destacar a criação de pontos culturais que possibilitaram articular a rede de participação na vida cultural em todo o país.

Essas experiências deram origem ao programa Cultura Viva Comunitária, com projetos em toda a América Latina. Sua primeira reunião ocorreu em Mar del Plata em 2009 sob o nome de Primeiro Congresso Internacional de Cultura para a Transformação Social. Em 2017, passou a fazer parte dos programas ibero-americanos (Iber) com o nome Ibercultura Viva. Constitui outra das contribuições do espaço ibero-americano que pode ser um ponto de partida para desenvolver iniciativas no campo da cidadania cultural em toda a região.

A incorporação dos direitos culturais ao ordenamento jurídico dos países ibero-americanos tem ocorrido gradativamente. No que diz respeito ao Equador, foram incluídos na Constituição de 2008. Entre os direitos incluídos, está a proteção do patrimônio cultural, material e imaterial como obrigação não estritamente do Estado. Também aparecem na Colômbia e na Bolívia. O caso do Equador também é interessante porque avança no conceito de “Estado intercultural”, o que implica uma conexão entre as diferentes culturas do país em termos de igualdade, algo que também é reconhecido pela Bolívia. Por outro lado, o texto apresentado inicialmente pela Convenção Constitucional Chilena incluiu em seu projeto a cultura como um direito, com base no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (1966).

Estão sendo criadas novas estruturas que desenvolvem parcerias intersetoriais para responder mais plenamente às necessidades sociais. Citamos como exemplo o caso da saúde, analisado no relatório publicado pela OMS em 2019¹¹. Este documento confirmou cientificamente que a cultura melhora a saúde das pessoas. As evidências científicas têm gerado novas linhas de trabalho que ampliam os benefícios que a cultura traz para a sociedade. Este relatório demonstra com dados que ouvir música reduz a glicemia e que pintar ajuda a melhorar a depressão, entre outros benefícios destacados. Isto fez com que muitos tratamentos médicos incluíssem “terapias culturais” para complementar os meios farmacológicos.

Estes avanços abrem um mundo de possibilidades para que a sociedade reconheça a importância da cultura como algo mais que uma mera criação artística. A transversalidade é um elemento primordial do novo cenário e deve estar presente na política cultural ibero-americana e no reconhecimento da cidadania cultural.

Também devem ser considerados os estreitos laços com a educação. A necessidade de incorporar disciplinas artísticas no currículo escolar é outra das ações urgentes que devemos

contemplar no desenvolvimento de novos marcos regulatórios. É importante conhecer o significado de “vida cultural” para exercer plenamente a cidadania cultural, e neste processo a educação deve ser uma aliada estratégica.

Um dos objetivos específicos destes avanços e desafios é desenvolver o conceito de “cidadania cultural” para ampliar o alcance da Carta Cultural Ibero-Americana, assim como promover o respeito aos direitos culturais nela incluídos, dando visibilidade sua participação no exercício da cidadania.

Há quatro aspectos que se destacam da noção de “cidadania”. Em primeiro lugar, é um status que atribui direitos ao indivíduo; em segundo lugar, é formada por três elementos que correspondem a três tipos de direito: civil, político e social, podendo-se falar de cidadania civil, política e social, e todos eles são direitos de cidadania e estão ligados ao pertencimento a uma comunidade; em terceiro lugar, foi desenvolvida paulatinamente num processo de três séculos e, finalmente, a cidadania não é uma instituição local, mas sim, nacional por definição, e precisa de um vínculo de união, um sentimento de pertencimento à comunidade que seja visto como um patrimônio comum (Achugar¹² *et al.*). E, obviamente, no desenvolvimento desta noção é preciso incluir a plena cidadania das mulheres, cuja base deve ser construída, justamente, a partir de uma cultura de igualdade efetiva, referência hoje na Europa e na América Latina. (Aguirrezábal, 2021).

Continuando com esta reflexão, a noção atual de “cidadania cultural” contém um alto grau de ambiguidade conceitual. Para alguns, significa o direito de ser diferente. Para outros, é o processo pelo qual os sujeitos criam e são criados pela nação e pela sociedade civil. Se a cidadania cultural diz respeito à “participação plena na vida cultural”, cabe-nos a tarefa de determinar o que implica esta “vida cultural” e como poderia ser esta “participação plena”. Isso foi o que Mauricio Delfín destacou em suas falas durante

¹¹ <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/329834/9789289054553-eng.pdf>

¹² Universidad de la República / Centro Universitario Regional del Este (CURE), Uruguay.

a Primeira Cúpula das Américas (2018), organizada pelo Conselho de Artes do Canadá.

Estas reflexões sobre cidadania apresentadas no encontro realizado em Montevideu, Uruguai, por ocasião do **15º aniversário da Carta Cultural Ibero-Americana**, abriram um caminho de duas vias: de um lado, o significado de “cidadania cultural” como um direito de participação, incorporando também a criação artística; e de outro, a proteção do conceito de “diversidade cultural”. Este último tem sido o coração da Carta Cultural Ibero-Americana e de todas as ações desenvolvidas neste âmbito. A diversidade cultural, reconhecida na Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), é um dos elementos fundamentais das políticas culturais dos países-membros do espaço ibero-americano. Portanto, entendemos que qualquer desenvolvimento do conceito de “cidadania cultural” deve ser pautado no princípio do respeito à diversidade, essencial para a defesa dos direitos culturais e de cidadania (conforme indicado na nota conceitual das comemorações do **15º aniversário da Carta Cultural Ibero-Americana**).

De acordo com as reflexões surgidas sobre a questão da “cidadania cultural”, deve-se desenvolver a ideia de uma possível ligação com os direitos sociais e como eles são afetados pela situação de desigualdade. Além disso, é necessário levantar algumas questões que são fundamentais para definir o conceito de “cidadania cultural”, por exemplo: qual é a especificidade das atividades culturais e quem são ou deveriam ser os sujeitos tanto das práticas culturais quanto da governança? O que significa “vida cultural”, “atividade cultural” ou mesmo “indústrias criativas”? O que significa exercer a cidadania cultural e a que sujeitos, individuais ou comunitários, se refere? Todos os habitantes do espaço ibero-americano têm direito a ser reconhecidos como “cidadãos” da vida ou da atividade artística? (Achugar, 2022).

Também é imprescindível fortalecer a relação dos jovens com a cultura para garantir a sobrevivência do conceito de “cidadania cultural” (Zapata-Barrero, 2016). Este particular está relacionado ao desenvolvimento do ambiente digital e ao vínculo que a população jovem estabelece com a cultura através da tecnologia. Novos métodos de criação (IA), novos meios de consumo e mudanças nas práticas culturais devem ser explorados para determinar como eles afetam o conceito de “cidadania cultural”¹³.

Da mesma forma, deve-se entender que esta noção pode gerar discussões se aceitarmos a “vida cultural” em um sentido amplo. A participação na vida cultural, entendida como um direito contido no XV Pacto das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, pode levar a questionar o profissionalismo dos artistas e outros trabalhadores culturais. Neste sentido, o ecossistema profissional deste setor deve ser claramente definido e aceito o direito dos cidadãos a contribuir para a vida cultural de sua comunidade (ou de sua escolha). Os dois lados da moeda seriam aceitáveis no conceito de “cidadania cultural”, mas as nuances devem ser destacadas.

Também seria oportuno ampliar o significado de “cultura” para aceitar a inclusão da ciência. A cultura científica faz parte do patrimônio da humanidade e deve ser reconhecida como parte essencial da vida cultural, especialmente, tendo em vista o desenvolvimento da tecnologia, que gera uma maior simbiose entre processos criativos e culturais.

Outro elemento fundamental é o da propriedade intelectual, que está intimamente ligado à “cidadania cultural” e que, de fato, leva a outras discussões, como as questões de apropriação cultural. (Achugar, 2022).

¹³ Uma boa prática é a do Brasil e do Uruguai, que possuem secretarias de cidadania cultural em sua estrutura de governo. Um detalhamento das competências destes órgãos poderia ajudar a determinar o alcance do conceito.

Cultura e cidadania digital na Europa

Através da agenda digital, a UE propôs uma primeira estratégia digital para a década de 2010-2020, que tinha como objetivo melhorar o acesso dos consumidores e empresas a bens e serviços digitais na Europa, dotando a União de um sistema avançado de direitos dos usuários e proteção dos consumidores e empresas. A partir de 2020, foi desenvolvida uma abordagem mais abrangente através do Digital Compass 2030 com a intenção de implementar políticas digitais que capacitassem pessoas e empresas para aproveitar um futuro digital mais próspero, sustentável e centrado no ser humano.

Esta estratégia está baseada em quatro pontos que se concentram nas competências digitais dos cidadãos, nas infraestruturas digitais, na transformação digital das empresas e na digitalização dos serviços públicos. Também avança em relação ao termo “cidadania digital”, que contempla a salvaguarda de direitos como a liberdade de expressão, a liberdade de constituição de empresas e a proteção de dados pessoais e propriedade intelectual.

Por outro lado, o pacote regulatório que a UE implementou para regular o ambiente digital (Digital Services Act [DSA], Digital Markets Act [DMA], Data Act, Artificial Intelligence Act) é fundamental para garantir o desenvolvimento da economia digital. É nesta área que o setor cultural e criativo (CCS) tem maior presença. Segundo o Eurostat, mais de 70% dos conteúdos consumidos

na Internet são culturais. Música, cinema, leitura... são as preferências dos usuários, gerando uma dinâmica especial para o setor, que tem de reforçar o conhecimento da economia digital e garantir que os marcos regulatórios apoiem seu desenvolvimento.

A experiência europeia na criação de marcos regulatórios para proteger as trocas comerciais no ambiente digital pode ser uma referência para o avanço da agenda digital ibero-americana. O caso espanhol também traz uma experiência muito relevante: em julho de 2021, o Governo da Espanha apresentou uma carta de direitos digitais após um processo participativo, no qual foi constituído um grupo de especialistas com perfil multidisciplinar e realizadas duas consultas públicas. Esta carta oferece um marco de referência para garantir os direitos dos cidadãos na nova realidade digital e visa reconhecer os desafios decorrentes da adaptação dos direitos atuais ao ambiente virtual e digital. Sem ser normativo, o texto inclui um conjunto de princípios e direitos que servem de guia para futuros projetos regulatórios e para o desenvolvimento de políticas públicas, a fim de garantir a proteção dos direitos individuais e coletivos nos novos cenários globais.

Estratégias

Em linhas gerais, a estratégia sugerida aqui visa atuar em quatro aspectos fundamentais.

ESQUEMA 5.

Estratégia para uma cidadania cultural



1	Desenvolver o conceito de "cidadania cultural" com base no princípio da diversidade cultural.
2	Ampliar o conteúdo da Carta Cultural Ibero-Americana.
3	Investigar a relação entre cidadania cultural e direitos sociais.
4	Elaborar estratégias para a participação cultural dos jovens, incorporando o ensino da arte no currículo escolar.
5	Estudar as experiências de criação de secretarias de cidadania cultural e outros órgãos similares na região.
6	Definir claramente o ecossistema profissional do setor cultural.
7	Incorporar a transversalidade ao fato cultural.
8	Estabelecer uma estrutura adequada de propriedade intelectual.

Estas ações podem ser realizadas através do diálogo euro-latino-americano sobre cidadania cultural em três níveis que devem estar ligados: diálogo de especialistas, diálogo político e institucional e diálogo com a sociedade civil. O objetivo desta aproximação em vários níveis é implementar as propostas seguintes, dando-lhes legitimidade, viabilidade e, sobretudo, consolidação na construção das políticas nacionais de cidadania e cultura. Também é importante promover experiências compartilhadas e assistência de uns países para outros.

EDUCAÇÃO PARA O FUTURO: QUALIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO



A América Latina tem feito um grande esforço para avançar no campo da educação, tanto por meio de iniciativas nacionais quanto a partir de um multilateralismo antecipado que assumiu a educação como sua bandeira. Desde o início, a ideia foi não deixar ninguém para trás e promover não só a educação das novas gerações, mas também dos adultos e grupos vulneráveis que não tiveram acesso à educação e à formação em competências na infância. (Rodríguez Pinzón e Romero, 2022).

A taxa de alfabetização entre as pessoas na faixa etária de quinze a vinte e quatro anos está atualmente próxima de 100% após os grandes avanços conseguidos nesta questão nas décadas de oitenta e noventa e que se consolidaram ao longo do século XXI. No entanto, o conceito de “alfabetização” tornou-se mais complexo: passou de buscar que o maior número de pessoas pudesse entender textos escritos e escrever para tentar desenvolver habilidades ao longo da vida.

[...] a alfabetização deve ser entendida como um fundamento indispensável da aprendizagem ao longo da vida. A alfabetização não é um conjunto isolado de habilidades que podem ser adquiridas ou concluídas em um curto período de tempo; ao contrário, é um componente de um conjunto de habilidades essenciais que requerem uma aprendizagem contínua e atualização permanente (Instituto de Aprendizagem ao Longo da Vida da Unesco [Unesco-UIL], 2017, p. 7, citado em Letelir Gálvez, 2018).

Além da alfabetização, a América Latina avançou na ampliação da cobertura da educação e dos anos de escolaridade, atingindo uma média de

12,1 anos (OEI, 2018). É importante ressaltar o papel que as famílias desempenharam ao adotar a educação como o principal mecanismo de mobilidade social, o que incentivou os enormes esforços pessoais que fizeram para garantir que seus filhos tivessem acesso à melhor educação possível. A combinação de política e ação social tem sido fundamental para alcançar estes resultados. De fato, um dos maiores indicadores do progresso regional é o número de pessoas no ensino superior. Em 2017, a população matriculada chegou a trinta milhões de alunos, com um crescimento médio anual de 3,7% e uma progressão muito notável no Peru, México, Equador, Colômbia e Bolívia. Além disso, muitos dos novos universitários são os primeiros de suas famílias a atingir este nível de educação.

No entanto, é preciso continuar avançando. As provas externas padronizadas para avaliar as habilidades dos alunos ibero-americanos, como as do PISA ou similares, mostram que, mesmo com melhorias (salvo alguns casos específicos), os países da região obtêm resultados abaixo da média da amostra. Inclusive, foram verificados dados preocupantes, como, por exemplo, “a elevada taxa de repetência de curso, diferenças segundo o gênero ou, ainda, segundo a origem social, assim como níveis limitados de expectativa” (OEI, 2018, p. 11).

Também há enormes desafios no que diz respeito ao ensino superior: as matrículas aumentaram, mas com elas também uma oferta de baixa qualidade que se aproveita da enorme demanda. Por outro lado, a taxa de evasão escolar é alta, 50%, o que significa que, apesar dos alunos chegarem ao nível superior, pagar os estudos, diminuir ou atrasar a atividade profissional e obter os resultados mínimos não é uma equação apta para todos.

Além dos desafios estruturais está a marca profunda deixada pela pandemia da covid-19. Embora, por um lado, tenha acelerado a necessária incorporação de ferramentas digitais, fez isso à força, sem contar com a qualidade, preparação ou condições técnicas adequadas. A duração da pandemia também aumentou a diferença entre os que tinham meios técnicos para acessar a realidade virtual e os que não tinham. Isso significa que ainda há muito trabalho pela frente

em todos os níveis de ensino e que existem desafios estruturais e novos que devem ser enfrentados pensando no futuro, no processo de digitalização, nas mudanças no emprego e nos desafios socioecológicos.

Além disso, devemos atender às mudanças demográficas e seu impacto na demanda por educação. O bônus demográfico da região está chegando ao fim e isso significa que menos estudantes tradicionais entrarão nas universidades. Em outras palavras, a demanda por estudos universitários de jovens graduados no ensino médio diminuirá porque suas coortes demográficas são cada vez menores. Ao contrário, surgiu outro perfil de aluno que demanda uma educação, gestão e serviços (mobilidade, biblioteca, etc.) virtuais, além de uma formação mais personalizada, flexível, mais curta e especializada, mais próxima das demandas do setor produtivo, etc. (OEI, 2022).

Nos casos de educação e da cultura, a proposta que surge da reflexão contida neste documento destaca a contribuição e experiência ibero-americana, além da necessidade de construir com base nas evidências coletadas ao longo de mais de setenta anos de trabalho pela educação na região (Rodríguez Pinzón e Romero, 2022). Em seu compromisso com a educação, a partir do multilateralismo, contou com aliados inestimáveis, como a Unesco, e conseguiu não só criar um espaço de diálogo político, mas também implementar inúmeros projetos em todos os níveis. Os vínculos com a Ibero-América em termos de educação constituem uma porta aberta para a relação euro-latino-americana e uma rica fonte de experiências.

As bases vêm primeiro: educação infantil e promoção da leitura

De acordo com os dados citados anteriormente, na última década a América Latina conseguiu aumentar o acesso à educação em todos os níveis, incluindo o pré-escolar: passou de 67,1% em 2008 para 69,9% em 2012 e chegou a 75,7% em 2016. Acima desta média estão Brasil (com notáveis 95%), Chile (82,4%), Costa Rica

(78,1%), Cuba (102,4%), Peru (93,7%), Suriname (89,7%) e Uruguai (94,2%) (Fundo das Nações Unidas para a Infância e Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura [Unicef-UIS], 2016). Apesar destes importantes avanços, em muitos países da região ainda existem disparidades significativas que limitam o acesso a uma educação infantil inclusiva e de qualidade para todas as crianças, especialmente aquelas das populações mais vulneráveis.

É importante salientar que a educação infantil engloba crianças de 3 a 6 anos; no entanto, uma perspectiva de desenvolvimento e equidade não pode perder de vista a atenção e educação na primeira infância (EPI), que é um dos melhores investimentos que um país pode fazer. Este investimento favorece o desenvolvimento de seus recursos humanos, a igualdade entre os sexos e a coesão social, e reduz o custo dos programas de recuperação posteriores. Da mesma forma, é uma grande ferramenta para a equidade, pois permite compensar as deficiências do contexto familiar e combater as desigualdades entre as crianças mais vulneráveis em termos de acesso à educação.

Por isso, a primeira infância e o período pré-escolar são bases em cuja qualidade e igualdade de acesso repousa toda a sustentabilidade e equidade do sistema de formação humana. Uma política de desenvolvimento birregional deve contemplar este aspecto fundamental para a equidade social.

Outra questão especialmente importante nesta fase é a criação de hábitos de leitura, que reforçam as habilidades escolares, mas que também tenham a ver com a formação do espírito crítico, criatividade e fortalecimento da base da autonomia de aprendizagem.

A Ibero-América já tem uma experiência bem-sucedida através do Plano Ibero-Americano de Leitura (ILÍMITA), importante esforço interinstitucional realizado nos primeiros anos do século XXI, com o apoio da OEI, Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe (CERLALC), Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento (AECID) e o Acordo Andrés Bello. O ILÍMITA orientou sua ação dentro de seus dois eixos transversais,

articulação e divulgação, através dos quais conseguiu promover a formulação e execução de políticas públicas de leitura; desenvolver atividades de reflexão em torno da leitura em espaços regionais, como feiras do livro; divulgar experiências de promoção da leitura de alto impacto em suas comunidades-alvo; apoiar a elaboração e publicação de documentos técnicos que forneçam elementos conceituais e práticos para a elaboração de programas de promoção da leitura e conseguir a vinculação de empresas privadas (setoriais) ao plano (Segib, 2002).

Esta experiência serve de base para a proposição de um programa que visa a formação de pequenos e jovens leitores através do estímulo precoce à leitura. Existe um grande espaço para gerar diálogo, compartilhar boas práticas, desenvolver projetos e conseguir a união dos diversos atores comprometidos com este objetivo.

Educação híbrida e educação para o emprego do futuro

Até 2030, espera-se um aumento de matrículas na América Latina e no Caribe de 45 milhões de alunos no ensino superior. Parte significativa desta demanda virá de setores sociais historicamente pouco representados nas universidades e de países com economias emergentes que precisam aumentar significativamente a população com formação universitária para continuar prosperando. Da mesma forma, nestes países (e naqueles que já têm índices de população universitária acima de 30%), será necessário agregar a demanda crescente de formação ao longo da vida. As mudanças tecnológicas, os avanços do conhecimento e o grande impacto da digitalização no mercado de trabalho o exigirão.

As universidades ibero-americanas não podem ficar de fora das necessidades impostas pela mudança de época que estamos atravessando, com desafios de grande envergadura no âmbito digital, ambiental e socioeconômico. Os estabelecimentos de ensino terão que enfrentá-los tanto por sua capacidade de acompanhar as mudanças necessárias com pesquisa e formação, assim como do ponto de vista interno, transformando suas estruturas e procedimentos.

Para isso, a internacionalização, a capacidade de comparar e aprender com as experiências de outras instituições, é fundamental para a atualização e aperfeiçoamento. O espaço ibero-americano de ensino superior deve fortalecer sua presença e ajudar as universidades a continuarem sendo um serviço público de primeira linha para qualquer país ou comunidade (Subirats, 2022).

A experiência europeia neste processo é talvez uma das mais relevantes do mundo. Com seus pontos fortes e fracos, a Europa implementou programas que mudaram profundamente seu modelo de ensino superior: Plano de Bolonha, Programa Erasmus e Erasmus Mundus, entre outros.

Entre os valores comuns, mas sobretudo na complementaridade normativa e demográfica entre a Europa e a América Latina, é preciso tentar aprofundar e melhorar sua relação ao ensino superior e desenvolvimento da ciência e tecnologia. Neste sentido, esta proposta sugere abordar duas questões essenciais: em primeiro lugar, a formação em competências para os empregos do futuro e, em segundo lugar, os modelos híbridos de formação.

O estudo *Educação, juventude e trabalho. Habilidades e competências necessárias em um contexto de mudança*, elaborado pela OEI e Cepal, destaca a lacuna entre as habilidades nas quais se concentra a formação oferecida pelos estabelecimentos de ensino e as exigidas pelo sistema produtivo. A aplicação de modelos de educação focados em competências é uma prática constante; no entanto, sua consolidação requer uma articulação de políticas educacionais, curriculares e de avaliação que se adaptem aos riscos e oportunidades que surgem para os jovens como consequência dos processos de automatização e digitalização. No futuro, em torno da metade das ocupações poderão ser automatizadas, o que significa que as pessoas com baixa e média qualificação, especialmente os jovens, serão os mais prejudicados (OEI e Cepal, 2020).

Atualmente a compatibilidade entre o conteúdo acadêmico e o profissional é pouca. Embora, em geral, o nível de educação dos jovens

seja superior ao da população adulta, 80% deles não possuem um perfil compatível com as exigências associadas a empregos de maior produtividade. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2016), 36% dos jovens declaram não aplicar os conhecimentos adquiridos em seu trabalho e 39%, que seu trabalho exige um nível de estudos inferior. Por sua vez, outro elemento que surge é que, quando separadas por áreas de conhecimento, nas carreiras de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), percebe-se uma maior dissociação. 50% dos empregadores afirmam ter dificuldades para preencher as vagas: as razões são a falta de experiência (25%), falta de competências técnicas (24%) e falta dos perfis que buscam (17%).

Os fluxos migratórios também representam um desafio relevante, neste caso associado aos vieses na seleção de migrantes, o que pode estar agravando os potenciais problemas de falta de capital humano na região e, por conseguinte, a dificuldade de encaixar nos perfis exigidos pelas empresas mais dinâmicas.

São necessários planos e programas educacionais inovadores, que se adaptem aos novos tempos, e que incluam a modalidade digital ou busquem metodologias híbridas, mas sempre de forma mais pensada e elaborada. Isto não deve aumentar a discriminação social, de gênero ou digital, muito pelo contrário: buscar o desenvolvimento de recursos pedagógicos que considerem as necessidades específicas de coletivos e grupos sociais, reduzindo assim a exclusão digital na região. Este trabalho requer a participação de diferentes agentes sociais (como cidadãos, governos nacionais e internacionais e setor empresarial, entre outros) de forma não só a condicionar e adaptar áreas remotas para dotá-las das infraestruturas necessárias, mas também para criar outro tipo de iniciativas, como programas de bolsas e ajuda financeira para famílias com menos recursos.

As políticas que visam aproximar as instituições de ensino destes potenciais alunos devem criar formatos híbridos, sem pressupor que a mera aquisição de dispositivos e conectividade os inserirá no mundo virtual (Perosa *et al.*, 2022). Este processo é, portanto, complexo e requer abordar diferentes pontos, incluindo o acesso a

dispositivos e conhecimentos básicos, formação de professores, criação de sistemas de apoio personalizados, acesso a licenças e ambientes de aprendizagem equitativos, etc. Entre as práticas que merecem destaque está o lançamento do selo Kalos Virtual Ibero-América, que certificará a qualidade dos cursos universitários à distância da região e que foi lançado pela OEI e pela Rede Ibero-Americana para a Acreditação da Qualidade da Educação Superior.

É preciso enfrentar os desafios decorrentes da resistência à mudança da academia, que teme que a digitalização leve a uma perda de identidade que desvirtue o sentido e a finalidade das instituições universitárias. Também é necessário apoiar as instituições para enfrentar duas necessidades urgentes: primeiro, uma mudança cultural, que deve ser acompanhada de uma reflexão estratégica; em segundo lugar, um maior destaque e exigência dos estudantes.

Inovação pedagógica e qualidade da educação

A Espanha tem uma história rica e heterogênea de renovação pedagógica, repleta de iniciativas escolares que significaram ruptura e inovação em cada momento histórico (Pericacho, 2013). Nos processos de reforma educacional dos anos oitenta e noventa na América Latina, a educação espanhola deixou sua marca.

A pedagogia e a inovação na educação são ferramentas fundamentais para superar os desafios da digitalização e das mudanças nos mercados de trabalho do futuro. É necessário garantir que as pessoas desenvolvam suas habilidades desde as primeiras etapas de vida da melhor maneira possível. É por isso que a educação de crianças, o desenvolvimento de vocações científicas, a formação profissional e a educação ao longo da vida não podem ser separados do interesse pela digitalização, ciência e tecnologia.

Neste sentido, a chave reside na qualidade, ligada não só à disponibilização de recursos materiais, mas também à formação dos professores e das pessoas que acompanham os processos de formação e à capacidade de transformar

os modelos educacionais para adaptá-los ao avanço tecnológico. Do ponto de vista sistêmico, a qualidade da educação não é um fator que deva ser considerado de forma independente, mas sim como a soma de uma série de componentes cruciais e inter-relacionados, além de ser uma questão de equidade (Unicef, 2019).

Tanto na Europa como na América Latina existe uma enorme diversidade de modelos educacionais, muitos deles dependentes das administrações públicas locais, o que aumenta ainda

mais a casuística. Apesar disso, é possível não só dialogar, mas também criar programas para melhorar a formação de professores ou desenvolver projetos de apoio à formação.

Estratégias

Estratégias na educação

Programa de incentivo precoce à leitura.	Estratégia regional para a educação em competências digitais.
Programas para fortalecer as capacidades e superar a desigualdade nos cuidados e na educação infantil.	Apoio à adaptação dos conteúdos acadêmicos à realidade do mercado de trabalho, apostando no ensino dual.
Programas de formação de professores e mobilidade acadêmica.	Apoio a modelos híbridos através do desenvolvimento de estratégias, metodologias e normativas para seu desenvolvimento.
Promoção de programas STEM nas etapas de ensino obrigatório.	Apoio a sistemas de formação profissional.
Cooperação educacional para a mobilidade e facilidade para estabelecer consórcios científicos birregionais.	Promoção de abordagens alternativas entre universidades e empresas em cursos de alto perfil tecnológico.

Propostas de ação

Fortalecer as redes de intercâmbio de conhecimentos e inovação com a Espanha e a Europa através da criação de parcerias tripartites entre governos, universidades e empresas. Os esforços devem ser redobrados para atingir os objetivos de mobilidade acadêmica ibero-americana e superar as dificuldades que a limitam.

Propostas

No âmbito da estratégia Universidade Ibero-América 2030, realizar uma análise de boas práticas em digitalização e ensino virtual.	Criar espaços para promover sistemas híbridos de educação e avançar na solução de seus desafios.
Promover o processo de avaliação da qualidade do ensino superior criado pela OEI.	Desenvolver e promover programas de cooperação Sul-Sul e triangular em termos de formação profissional e ao longo da vida adaptados às demandas da transformação produtiva.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (CTI)



Entre 1950 e 1970, as políticas de ciência e tecnologia começaram a ser institucionalizadas na América Latina. No caso de países como Brasil, México e Argentina, foram criados ministérios, órgãos e departamentos governamentais para coordenar e orientar as medidas que deveriam ser tomadas nessas áreas.

Tanto no México como no Brasil, principalmente, foram criadas instituições científicas, enquanto cientistas europeus emigraram para a Argentina, Uruguai e Chile e promoveram a pesquisa e o ensino de ciências, estabelecendo escolas de engenharia e institutos técnicos e favorecendo o estudo da arqueologia e antropologia, assim como a pesquisa em medicina e saúde pública.

Esses processos foram acompanhados pela crescente força das atividades de engenharia ligadas à expansão da infraestrutura física de ferrovias, portos, saneamento, estradas e até mesmo telecomunicações, além da manutenção de equipamentos industriais, prospecção e mineração, e a melhoria da produção agrícola e pecuária (Sagasti e Pavez, 1989).

Apesar destas iniciativas, em termos gerais, houve poucos investimentos em pesquisa e desenvolvimento na região.

Com o passar do tempo, embora a América Latina tenha avançado em indicadores de educação, saúde e desenvolvimento institucional, por exemplo, a ciência e a tecnologia não foram prioritárias para a ação governamental, mesmo com a oportunidade que representavam dentro da política de substituição de importações que se tentou implantar na região. Além disso, nas décadas de 1980 e 1990, a subordinação à abertura comercial e a crise financeira, especialmente o ciclo de ajustes estruturais e reformas

políticas vinculadas ao Consenso de Washington, enfraqueceu bastante a política de desenvolvimento de tecnologias próprias. Isto levou a uma política de CTI orientada para o mercado, caracterizada por subsídios competitivos e pela promoção de empresas, definida como a demanda de conhecimento (Katz, 2007; Natera e Medina, 2022).

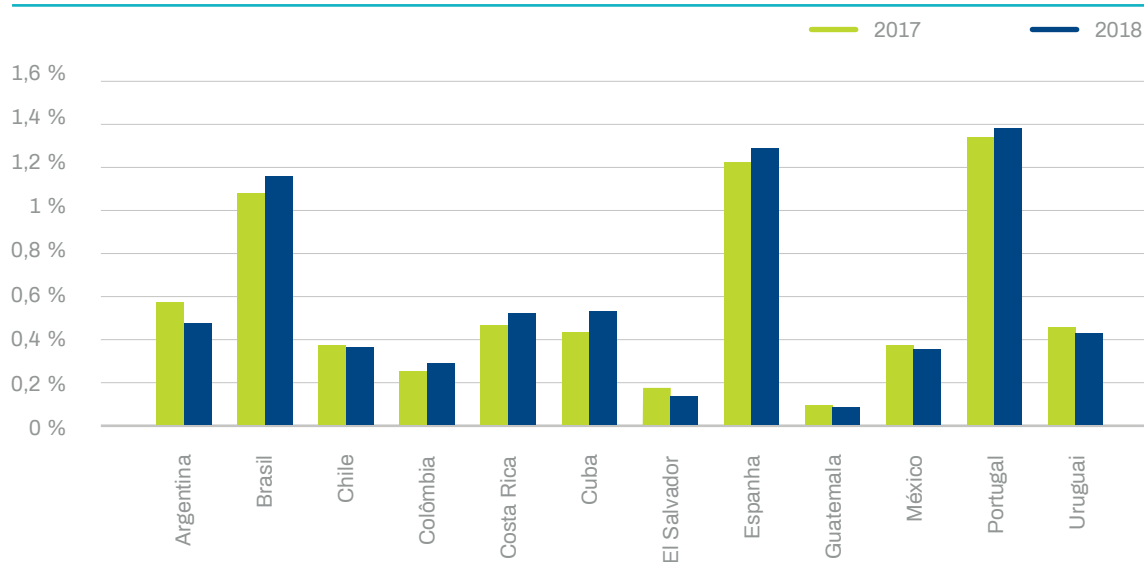
No entanto, a primeira década do século XXI trouxe algumas mudanças relevantes ligadas a um ciclo político com profundo corte social e a conjuntura econômica favorável, fruto do *boom* da exportação de matérias-primas. Durante este período, por exemplo, a inovação digital não se limitou à educação, indústria e serviços públicos. A cultura e a expressão artística assumiram uma posição central. Da mesma forma, princípios de soberania tecnológica, localidade e redução de lacunas digitais foram estabelecidos em quase todos os países (Ávila, 2022).

Entretanto, a mudança de governos e a diminuição do crescimento deram uma guinada radical com administrações públicas que colocaram os interesses do setor privado, local e internacional, acima dos avanços que vinham sendo alcançados em áreas relativas à ciência e à inovação, como a transformação digital inclusiva. Em vez de continuar com projetos de digitalização em massa, os governos financiaram clusters de inovação acelerada, fundos de ajuda empresarial e grandes parcerias público-privadas com os gigantes da tecnologia, não só para adquirir *hardware* e *software*, mas também para transferir funções governamentais inteiras para eles (Ávila, 2022). Um dos exemplos das consequências desta mudança é que hoje menos de 10% dos sistemas operacionais governamentais trabalham com *software* livre (Kaspersky Security Network, 2020, citado em Ávila, 2022). Isto representa um risco, uma vez que as infraestruturas críticas de armazenamento de dados, das quais depende o funcionamento do Governo em muitos países, foram totalmente transferidas para plataformas nos Estados Unidos, com a consequente aplicação de normas privadas de um sistema jurídico alheio a custos elevados (Ávila, 2022).

Em termos gerais, e sem entrar nas importantes particularidades dos diferentes países da região,

GRÁFICO 2.

Despesas com pesquisa e desenvolvimento (% do PIB) em países selecionados (2017-2018)



Fonte: Medina e Castillo, 2022

pode-se dizer que a racionalidade das políticas de CTI nos países ibero-americanos evoluiu junto com as mudanças nos marcos gerais de intervenção pública (Natera e Medina, 2022).

O século XXI é o século da sociedade do conhecimento e da informação¹⁴, que tem mostrado a importância dos investimentos em inovação, assim como em recursos intelectuais e na geração de ideias, necessários para o crescimento econômico e a competitividade, mas também para enfrentar os grandes desafios da humanidade, como as mudanças climáticas e a insegurança alimentar, entre outros. A América Latina enfrenta este processo com uma grande tarefa pela frente.

O investimento da Ibero-América em P&D é baixo em comparação com o dos países industrializados. Em relação ao PIB, o conjunto dos países ibero-americanos fez um investimento que representou 0,74% do produto interno bruto

regional em 2018, enquanto esse mesmo indicador para a América Latina e o Caribe foi de 0,63%. Em comparação, Coreia e Israel destinam quase 5% de seu PIB, e na Alemanha e nos Estados Unidos este investimento é de aproximadamente 3% (Natera e Medina, 2022).

Na década de 2009-2018, a economia cresceu mais do que o investimento em P&D, representando apenas 2,8% do investimento mundial, número que explica a baixa produtividade da região, conforme afirma o relatório *Ensino Superior, competitividade e produtividade nos países ibero-americanos*. Além disso, o índice de inovação global de 2020 (Organização Mundial da Propriedade Intelectual [OMPI], 2021) mostra que:

o investimento público e privado em pesquisa e desenvolvimento é baixo, e que o uso de sistemas de propriedade intelectual continua sendo



¹⁴ Uma sociedade do conhecimento é aquela que considera o conhecimento um elemento fundamental para seu desenvolvimento e progresso. Partindo do princípio de que o conhecimento e a informação têm um impacto significativo na vida das pessoas, considera-se que a troca de conhecimento e informação através da tecnologia da informação e comunicação (TIC) tem o poder de transformar economias e sociedades. Segundo a Unesco, as sociedades do conhecimento devem ser baseadas em quatro pilares: liberdade de expressão, acesso universal à informação e ao conhecimento, respeito à diversidade cultural e linguística e educação de qualidade para todos. Texto: Construir sociedades del conocimiento, Portal da Unesco: <https://es.unesco.org/themes/construir-sociedades-del-conocimiento>



incipiente. Prova disso é que o Chile e o México, líderes em inovação na região, só aparecem nas posições 54^a e 55^a do *ranking* mundial.

Segundo a OMPI, a América Latina ainda está atrasada em termos de invenção, o que mostra ainda hoje seu baixo nível de patentes. Da região da América Latina e do Caribe, segundo dados da OMPI de 2019, foram recebidos 56.000 pedidos de patentes, o que representa apenas 1,7%¹⁵ em nível mundial. Cabe destacar que 82% destas patentes da América Latina e Caribe vêm de empresas estrangeiras que protegem produtos na região (OEI, 2022).

Em linhas gerais, ao observar o Índice de Desenvolvimento do Ecossistema Digital 2018, composto por oito pilares (infraestrutura, conectividade, digitalização nas residências, digitalização da produção, intensidade competitiva, indústrias digitais, fatores de produção e marcos regulatórios), a América Latina e o Caribe estão posicionados em um nível intermediário de desenvolvimento e têm um índice de 49,92 (numa escala de 0 a 100), o que coloca a região em uma posição mais avançada que a África (35,05) e também um pouco melhor que a Ásia-Pacífico (49,16). No entanto, em termos comparativos, a região apresenta uma posição de desvantagem e está atrasada na transformação digital em relação a outros blocos, como Europa e América do Norte (Banco de Desenvolvimento da América Latina [CAF], 2017; Medina e Castillo, 2022).

Apesar das deficiências, nos últimos quinze anos houve um aumento de 25% no número de pesquisadores ibero-americanos. A maioria deles, 56%, desenvolve suas atividades no âmbito universitário e durante estes anos conseguiram aumentar em 81% o número de artigos publicados em revistas científicas indexados na Scopus. No entanto, apenas 12% dos professores são doutores (OEI, 2020). Estes dados, juntamente com os da evolução das matrículas universitárias, indicam a importância da universidade no ecossistema latino-americano

de ciência e inovação, mas também os grandes desafios que enfrenta, sem recursos humanos ou material suficientes para conseguir um maior desenvolvimento científico e impacto social.

Um dos maiores problemas da região é que os esforços não estão alinhados com o fortalecimento das capacidades e a abordagem dos desafios nacionais, o que acarreta consequências importantes, como:

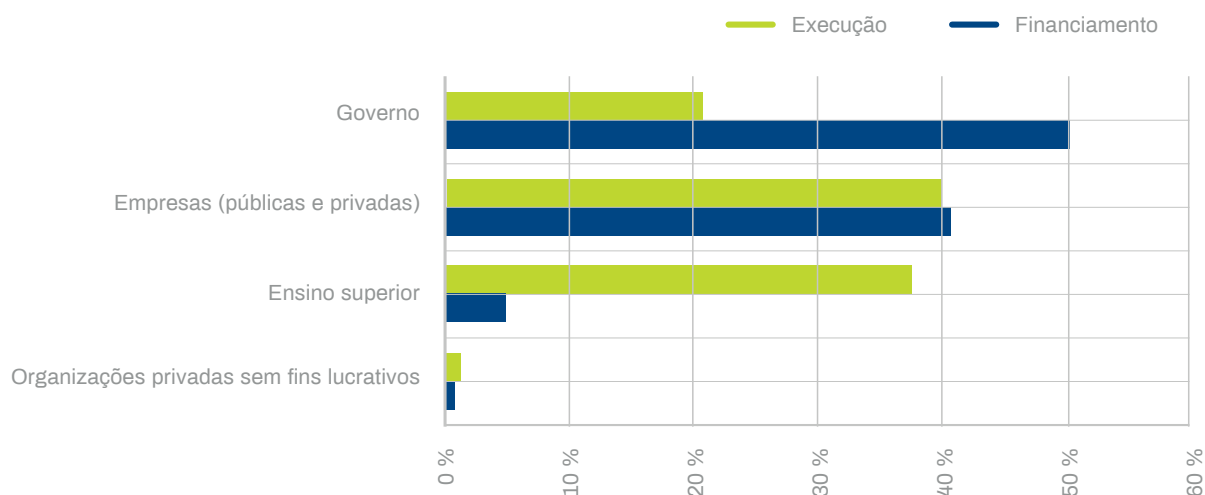
[...] projetos com pouco financiamento, baixo impacto socioeconômico e entrada limitada no mercado; grande dispersão de projetos, o que ameaça a criação de capacidades intensivas em inovação; priorização de projetos de curto prazo, condicionados por ciclos políticos, que não abordam áreas temáticas estratégicas e pouca capacidade local para enfrentar desafios prioritários (Cepal, 2021).

Há também uma evidente falta de mobilização de recursos do setor privado. 50% dos recursos para financiar P&D provêm dos governos, embora este maior peso do setor público nos investimentos possa ser explicado pela natureza do conhecimento como bem público, o que por sua vez se traduz em menor importância relativa na esfera produtiva e de mercado, assim como uma baixa tendência à apropriabilidade dos resultados da inovação (Cepal, 2016; Medina e Castillo, 2022).

¹⁵ Dados obtidos no site oficial da OMPI: <https://www.wipo.int/edocs/infogdocs/en/ipfactsandfigures2019/>

GRÁFICO 3.

Despesas com P&D por setor de financiamento e execução (2019)



Fonte: dados da Rede Ibero-Americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT), obtidos de Natera e Medina, 2022.

TABELA 9.

Desafios da ciência e tecnologia na América Latina

Atualmente, por um lado, existe pouca articulação entre universidades e centros de pesquisa, e entre ambos os atores e setores produtivos nacionais, por outro.	É necessário maior internacionalização e intercâmbio científico com outras áreas do mundo.
Prevalece a desconexão entre os atores do ecossistema e a governança da ciência, tecnologia e inovação.	Não há capital humano suficiente, em termos de doutorados, em ciências exatas ou incubadoras de empresas para o desenvolvimento de startups tecnológicas.
O investimento em pesquisa e desenvolvimento é escasso em relação ao PIB: está bem abaixo do que se faz nos países desenvolvidos e está, basicamente, nas mãos do Estado.	O número de cientistas pesquisadores por cem mil pessoas mostra uma Ibero-América está em desvantagem em relação a outras regiões do mundo.
A taxa de publicações em revistas científicas está abaixo da média dos países desenvolvidos.	São registradas pouquíssimas patentes.

Os grupos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico continuam concentrados nas capitais dos países latino-americanos, deixando as demais regiões com poucos ou nenhum, o que afeta diretamente o progresso e o impacto.

A inovação tecnológica tem grande potencial, no que se refere ao desenvolvimento integral da região; de fato, é uma das peças fundamentais da proposta de política orientada por “missões” para a América Latina, apresentada por Mariana Mazzucato (2022). Esta autora destaca alguns esforços, como os primeiros avanços em aquisições e contratações públicas para a inovação que foram feitos no Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e Peru. Inclusive, esta experiência incipiente demonstra a necessidade de um marco regulatório adequado, cuja inexistência, embora não inviabilize totalmente as compras públicas e as contratações em favor da inovação, dificulta sua utilização de forma mais sistemática (Comotto e Meza, 2017, citado em Mazzucato, 2022).

Em suma, em um cenário global cada vez mais complexo, as políticas de investimento e desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação não podem ser abordadas isoladamente ou sem enfrentar os desafios e problemas que afetam os governos e a sociedade hoje. Pelo contrário, a agenda dos Estados deve incluir estas áreas do conhecimento, enfatizando o papel fundamental das estratégias públicas e privadas que apoiam o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação na região e fortalecem os vínculos dinâmicos entre ciência e indústria.

A relação euro-latino-americana na transformação digital

A UE é uma das regiões com maior desenvolvimento científico e inovador no mundo, embora, como na região latino-americana, haja diferenças importantes entre os vinte e sete países-membros. No entanto, como sistema regional, deu passos importantes no fortalecimento da pesquisa e desenvolvimento. O programa Horizonte 2020 e seu sucessor, o Horizonte Europa, são referências não só pelos grandes avanços que permitiram, mas também por seus resultados: “Cada euro investido no programa Horizonte 2020 trouxe um aumento estimado do PIB entre 6 e 8,5 euros” (Comissão Europeia e Labareda, 2020).

As capacidades europeias em ciência e inovação e seu compromisso com uma transformação integral de seu modelo econômico e energético permitem que esta região volte a estar na vanguarda mundial em questões cruciais para a América Latina. Este é um dos pilares sobre os quais deve basear-se a relação estratégica bilateral.

Neste sentido, há avanços relevantes: em 2022, será lançada a parceria digital UE-ALC, relativa à instalação do cabo transatlântico de fibra ótica (EllaLink), e a estratégia de conectividade da União Europeia “Global Gateway”. Um apoio decisivo aos processos de digitalização deve reforçar sua dimensão social e levar à consolidação da transformação digital e produtiva das empresas.

Embora projetos deste tipo representem um salto qualitativo na relação, também é importante atender às assimetrias nos benefícios. Por exemplo, projetos como BELLA e EllaLink favorecem os países líderes da região graças ao acesso a dados, observação astronômica (como é o caso do Chile) ou pesquisa de partículas (como é o caso do Brasil), o que implica claras vantagens para alguns países e benefícios relegados no tempo e prioridade para outros. É preciso ter estratégias que sejam benéficas para responder às diferenças regionais e às necessidades diferenciadas, mas é preciso caminhar para uma cooperação que favoreça a todos (Ávila, 2022).

Outro programa que vale destacar como exemplo, apesar dos limites de seu escopo, é o programa de fortalecimento da ciência e tecnologia FORCYT, no qual a OEI participa junto com a União Europeia. Foi assinado em 2021. Este projeto visa promover a criação de redes de pesquisa birregionais, melhorar os sistemas de produção de dados estatísticos sobre ciência e tecnologia na região e fortalecer a avaliação e monitoramento de políticas públicas científicas para desenvolver normas científicas com base em evidências para melhorar a tomada de decisões.

Um desafio muito importante no âmbito da cooperação birregional é torná-la verdadeiramente inclusiva e aproveitar o poder das redes locais e da sociedade civil na América Latina.



Tanto para a transformação digital quanto para o avanço da ciência e tecnologia, é preciso contar com a base: associações de municípios, redes de povos indígenas e afrodescendentes, associações de *startups* e *gamers*, organizações de microempresas, redes de mídia comunitária, cooperativas agrícolas, redes e associações de bibliotecas, coletivos de melhoria da educação e grupos que defendem a segurança alimentar. A América Latina trabalha com redes de solidariedade e cooperação interligadas nas bases e devem ser aproveitadas, reconhecidas e ter o devido espaço quando for delineado o novo imaginário institucional (Ávila, 2022).

As duas regiões têm um incentivo muito forte para unir forças, apesar da assimetria entre elas. No atual panorama geopolítico e dada a evolução incerta do processo de desglobalização ou pós-globalização, a parceria pode ter grandes vantagens, desde as resultantes da construção de redes de confiança para consolidar a complementaridade produtiva e o chamado *friendshoring* até aquelas decorrentes da acumulação de meios, talento e capacidade financeira. Como afirma Mazzucato (2019), não só é verdade que os investimentos produtivos geram crescimento, mas também que o efeito multiplicador keynesiano é mais forte quando

o gasto está mais direcionado para, por exemplo, a revolução da informação e comunicação (como aconteceu na década de 1980 e 1990) e talvez para a revolução ecológica dos próximos anos. A soma dos esforços das duas regiões pode ser ainda mais proveitosa em um sistema internacional em pleno reajuste. Neste sentido, uma das propostas de Mazzucato (2022) em seu plano de “missões” para a América Latina é especialmente relevante no âmbito da estratégia europeia. Trata-se do financiamento da inovação e das capacidades tecnológicas através de fundos de recursos naturais.

Tendo em vista a vulnerabilidade das economias primarizadas e a profundidade dos desafios estruturais, é difícil garantir os recursos necessários no longo prazo para inovação, ciência e tecnologia, seguindo a experiência de países desenvolvidos ricos em recursos naturais que foram financiados com os royalties obtidos da mercantilização de minerais, petróleo e hidrocarbonetos.



Esses fundos destinavam-se a redistribuir a renda dos setores relacionados aos recursos naturais, e desenvolver novas capacidades.

Estas abordagens já possuem um histórico na região, conforme afirma Mazzucato (2019). Tradicionalmente, este tipo de instrumento financeiro tem sido utilizado para responder aos desafios do desenvolvimento, apoiar o investimento público e desenvolver capacidades inovadoras. Existem experiências importantes no Chile, Brasil, Colômbia e México, que abrem caminho para o aperfeiçoamento deste mecanismo a fim de articular os esforços do setor público e oferecer financiamento de longo prazo,

visando desenvolver capacidades inovadoras e aproveitar as oportunidades tecnológicas, cujos resultados dependem da capacidade de equilibrar prioridades de curto e longo prazo. Neste caso específico, a experiência europeia na utilização e aplicação dos fundos Next Generation, apesar das diferenças regionais, pode ser muito relevante, especialmente no que diz respeito à dificuldade que alguns dos modelos existentes têm enfrentado para elaborar propostas sustentáveis e de qualidade, implementar esquemas público-privados e desenvolver sistemas de monitoramento e medição de impacto.

Estratégias

<p>Acelerar o processo de transformação digital na Ibero-América para permitir sua entrada plena na sociedade da informação e do conhecimento.</p>	<p>Promover ações conjuntas para capacitar recursos humanos e promover o uso da robótica, inteligência artificial, nanotecnologia, blockchain e internet das coisas.</p>
<p>Buscar fórmulas inovadoras para fortalecer os ecossistemas de ciência, tecnologia e inovação da região a fim de aumentar a produtividade e competitividade das diversas áreas produtivas nacionais.</p>	<p>Promover, em vários níveis, a formação de redes de pesquisa e inovação, tanto no âmbito universitário e científico, quanto no âmbito empresarial e social.</p>
<p>Gerar uma rede de cooperação intrarregional para a mentoria e incubação de grupos e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação.</p>	<p>Compartilhar experiências e capacidades técnicas para criar fundos de investimento com o objetivo de financiar projetos intensivos em ciência e tecnologia usando a experiência europeia do Next Generation.</p>

BIBLIOGRAFIA



- Achugar, H. (2013). "Derechos culturales: ¿una nueva frontera de las políticas públicas para la cultura?". Obtido em: <https://red.pucp.edu.pe/ridei/wp-content/uploads/biblioteca/090913.pdf>
- Achugar, H. (2022). *El espacio cultural iberoamericano hacia un nuevo escenario. Acerca de la necesidad de consolidar la ciudadanía cultural. Informe sobre el estado de la cultura en España 2022*. Fundación Alternativas.
- Agência Internacional de Energia (janeiro de 2021). Climate impacts on Latin American hydropower. Obtido em: <https://www.iea.org/reports/climate-impacts-on-latin-american-hydropower>
- Aguirrezábal, I. (2021). *La democracia paritaria en América Latina. Tres dimensiones explicativas*. Madrid: Cátedra de Estudios Iberoamericanos Jesús de Polanco, Marcial Pons.
- Aldama, Z. (26 de fevereiro de 2020). "No tan verdes: el lado oscuro de las energías renovables y tecnologías digitales". La Nación. Obtido em: <https://www.lanacion.com.ar/tecnologia/no-tan-verdes-lado-oscuro-energias-renovables-nid2336049/>
- Allievi, M. (9 de junio de 2022). "La FAO advierte: Muchos países pagarán más, pero recibirán menos alimentos". El País. Obtido em <https://elpais.com/economia/2022-06-09/la-fao-advierte-muchos-paises-vulnerables-pagaran-mas-pero-recibiran-menos-alimentos.html>
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison Wesley.
- Alonso, J. A. (2013). *Documentos de trabajo AECID. Cooperación con países de renta media: un enfoque basado en incentivos*. Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo. Obtido em: https://www.aecid.es/Centro-Documentacion/Documentos/Eficacia%20y%20calidad/DOCUMENTOS%20DE%20TRABAJO%20AECID_OK.pdf
- Alonso, J. A., Aguirre, P. e Santander, G. (2019). *El nuevo rostro de la cooperación internacional para el desarrollo. Actores y modalidades emergentes*. Madrid: Catarata, IUDC.
- Assembleia Geral das Nações Unidas (1994). *Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático*.
- Assembleia Geral das Nações Unidas (1994). *Convenio sobre Diversidad Biológica*. Obtido em: <https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-es.pdf>
- Ávila, R. (2022). "Por una transición digital incluyente y justa, desde Latinoamérica al mundo". *Documentos de Trabajo, n.º especial FC / Oxfam Intermón*, 6. Fundación Carolina. Obtido em: https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2022/10/DT_FC_OXFAM6.pdf
- Banco de Desenvolvimento da América Latina (2017). *Hacia la transformación digital de América Latina y el Caribe: el Observatorio CAF del Ecosistema Digital*.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. París: Les Éditions de Minuit.
- Burke, L., Reyntar, K., Spalding, M. e Perry, A. (2012). *Reefs at risk revisited in the Coral Triangle*. World Resources Institute.
- Castello, L., McGrath, D. G., Hess, L. L., Coe, M. T., Lefebvre, P. A., Petry, P., Macedo, M. N., Renó, V. F. e Arantes, C. C. (2013). "The vulnerability of Amazon freshwater ecosystems". *Conservation Letters*, 6(4), págs. 217-229.
- Centro de Monitoramento da Conservação Mundial e União Internacional para a Conservação da Natureza (2016). *Protected planet report 2016*. Organização das Nações Unidas.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2015). *La nueva revolución digital: de la Internet del consumo a la Internet de la producción*. Organização das Nações Unidas.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2016). *Ciencia, tecnología e innovación en la economía digital: la situación de América Latina y el Caribe*. Organização das Nações Unidas. Obtido em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40530-ciencia-tecnologia-innovacion-la-economia-digital-la-situacion-america-latina>

- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2018a). *Estado de la banda ancha en América Latina y el Caribe*. Organização das Nações Unidas.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2018b). *Acuerdo Regional sobre el Acceso a la Información, la Participación Pública y el Acceso a la Justicia en Asuntos Ambientales en América Latina y el Caribe (Acuerdo de Escazú)*.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021a). *Panorama social de América Latina 2020*. Organização das Nações Unidas.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021b). *Innovación para el desarrollo. La clave para una recuperación transformadora en América Latina y el Caribe*. Organização das Nações Unidas.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2021c). *Datos y hechos sobre la transformación digital: informe sobre los principales indicadores de adopción de tecnologías digitales en el marco de la Agenda Digital para América Latina y el Caribe*. Organização das Nações Unidas.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2022a). *Panorama social de América Latina 2021*. Organização das Nações Unidas.
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2022b). *Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrania: ¿cómo enfrentar esta nueva crisis?* Organización de las Naciones Unidas. Obtido em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47912/3/S2200419_es.pdf
- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2022c). *Una década de acción para un cambio de década. Quinto informe sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe*. Organização das Nações Unidas. Obtido em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47745/S2100985_es.pdf?sequence=4&isAllowed=y
- Comissão Europeia (2019). *El Pacto Verde Europeo COM/2019/640. Comunicación de la Comisión al Parlamento Europeo, al Consejo Europeo, al Consejo, al Comité Económico y Social Europeo y al Comité de las Regiones*. União Europeia
- Comissão Europeia (2022). *Formulación de una Declaración Europea sobre los Derechos y Principios Digitales para la década digital*. União Europeia. Obtido em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/declaration-european-digital-rights-and-principles>
- Comissão Europeia, Dirección General de Investigación e Innovación, y Labareda, J. (2019). *Open Europe. Policies, reforms and achievements in EU science and innovation 2014-2019 under EU Commissioner Carlos Moedas: open innovation, open science, open to the world*. União Europeia. Obtido em: <https://op.europa.eu/es/publication-detail/-/publication/0dc27be9-de75-11e9-9c4e-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-131716319>
- Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (2015). *Acuerdo de París*. Obtido em: https://unfccc.int/sites/default/files/spanish_paris_agreement.pdf
- Craig, J., Davidson, N., Delany, S., McAllister, D. e Seddon, M. (2001). *Biodiversity impacts of large dams. Background paper Nr. 1 prepared for IUCN / UNEP / WCD*. Organização das Nações Unidas. Obtido em: https://www.researchgate.net/publication/255643683_Biodiversity_Impacts_of_Large_Dams
- Cubillo-Guevara, A. P. e Hidalgo-Capitán, A. L. (2015). "El buen vivir como alternativa al desarrollo". *Perspectiva Socioeconómica*, julho-dezembro de 2015, 2, págs. 5-27. Obtido em: https://www.researchgate.net/publication/312311386_El_buen_vivir_como_alternativa_al_desarrollo
- Delfín, M. (2018). Participação no Painel sobre Cidadania Cultural realizado na Primeira Cúpula das Américas, Conselho das Artes do Canadá, Ottawa, de 9 a 11 de maio de 2018.

- Diálogo Chino (18 de julho de 2022). *La crisis climática y la energía hidroeléctrica en América Latina*. Obtido em: <https://dialogochino.net/es/clima-y-energia-es/56368-la-crisis-climatica-y-la-energia-hidroelectrica-en-america-latina/>
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (2019). *Orientaciones programáticas sobre la importancia de la calidad en la educación para la primera infancia en América Latina y el Caribe*.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância e Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, da Ciência e da Cultura (2016). *Monitoring education participation*. Obtido em: https://www.unicef.org/eca/media/2956/file/monitoring_education_participation.pdf
- Foro de la Industria Nuclear España. (s.f.). *Chernóbil, ¿cómo fue el accidente?* Obtido em: <https://www.foronuclear.org/descubre-la-energia-nuclear/preguntas-y-respuestas/sobre-proteccion-ra-diologica-y-radiacion/chernobil-como-fue-el-accidente/>
- Giles Carnero, R. (2021). “La oportunidad de una cláusula ambiental de elementos esenciales en acuerdos comerciales de la Unión Europea con Estados terceros: a propósito del Acuerdo Unión Europea-Mercosur”. *Documentos de Trabajo*, 44 / 2021. Fundación Carolina.
- González, G. (1999). *Una propuesta de diplomacia ambiental*. Quito: Academia Diplomática Antonio J. Quevedo.
- Granados Roldán, O. (coord.) (2020). *La educación del mañana: ¿inercia o transformación?* Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Obtido em: <https://oei.int/publicaciones/la-educacion-del-manana-inercia-o-transformacion>
- Galarraga, N., Hernández, M., Salinas, C. e Castañeda, M. J. (18 de junio de 2022). “Un continente mortal para los defensores de la tierra”. *El País*. Obtido em: <https://elpais.com/internacional/2022-06-19/un-continente-mortal-para-los-defensores-de-la-tierra.html#:~:text=La%20activista%20colombiana%20Luz%20Marina,a%20orillas%20del%20R%C3%ADo%20Meta>
- Gual, M. (2020). *Diplomacia científica en América Latina y el Caribe. Estrategias, mecanismos y perspectivas para fortalecer la diplomacia de la ciencia, tecnología e innovación*. Organización das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- Global Forest Watch (2017). *Global Forest Watch tree cover stats 2000-2017*. Obtido em: <https://www.globalforestwatch.org/>
- Katz, J. (2007). “Reformas estructurales orientadas al mercado, la globalización y la transformación de los sistemas de innovación en América Latina”, en Dutrénit, G., Jasso, J. e Villavicencio, D. (eds.). *Globalización, acumulación de capacidades e innovación. Los desafíos para las empresas, localidades y países* (págs. 27-59). México: Fondo de Cultura Económica.
- Letelir Gálvez, M. E. (2018). “Analfabetismo en el siglo XXI: una reflexión desde América Latina y el Caribe”. *Decisio*, mayo-agosto 2018, págs. 10-15. Obtido em: <https://www.crefal.org/decisio/imagenes/pdf/decisio-50/decisio-50-art02.pdf>
- León y Ramírez, J. C. e Mora Velázquez, S. (coords.) (2006). *Ciudadanía, democracia y políticas públicas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Lister, R. (1997). *Citizenship: feminist perspectives*. Londres: Macmillan International Higher Education.
- Marshall, T. H. (2007). “Ciudadanía y clase social”, en Marshall, T. H. e Bottomore, T. (coords.). *Ciudadanía y clases sociales*. Madrid: Alianza Editorial.
- Mazzucato, M. (2019). *El Estado emprendedor. Mitos del sector público frente al privado*. Barcelona: RBA.

- Mazzucato, M. (2022). *Cambio transformacional en América Latina y el Caribe: un enfoque de política orientada por misiones*. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe.
- Mead, L. (27 de abril de 2021). *The “crown jewels” of environmental diplomacy: assessing the UNEP Regional Seas Programme*. Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD).
- Medina, L. e Castillo, Y. (2022). “La cooperación birregional como estrategia para fortalecer la I+D en el campo de la economía digital en Iberoamérica”, en Rodríguez, E. (coord.), *Informe de Iberoamérica 2022. La digitalización en Iberoamérica*, págs. 21-34. Fundación Alternativas. Obtido em: <https://www.fundacionalternativas.org/las-publicaciones/informes/informe-iberoamerica-2022-la-digitalizacion-iberoamericana>
- Mena, Á. E. e Meneses, Y. A. (2019). “La filosofía del vivir sabroso”. *Revista UDEA*, págs. 50-53.
- Moebus Retondar, A. (2008). “Hibridismo cultural: ¿clave analítica para la comprensión de la modernización latinoamericana? La perspectiva de Néstor García Canclini”. *Sociológica*, 23 (67), págs. 33-49.
- Moore, M. (2003). *Rethinking participation: a framework for change*. Wallace Foundation.
- Natera, J. e Medina, L. (2022). “Sistemas nacionales de innovación en Iberoamérica en la era pos-COVID-19”, en Rodríguez, E. (coord.), *Informe de Iberoamérica 2022. La digitalización en Iberoamérica*, págs. 13-20. Fundación Alternativas. Obtido em: https://www.fundacionalternativas.org/storage/publicaciones_archivos/d720e2460f7f2c3ed9cbfa2cc3c3c87f.pdf
- Observatório Ibero-Americano da Ciência, Tecnologia e Sociedade (2021). *Informe de coyuntura n.º 09: América Latina desarrolla apenas la mitad de su potencial en ciencia y tecnología*.
- Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (2015). *Nota conceptual: celebración de los quince años de la Carta Cultural Iberoamericana y su orientación a la economía creativa para el desarrollo sostenible*.
- Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (2018). *Programa Presupuesto 2019/20*. Obtido em: <https://oei.int/publicaciones/programa-presupuesto-2019-2020>
- Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (2022a). *El estado de la ciencia: principales indicadores de ciencia y tecnología iberoamericanos / interamericanos*.
- Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (2022b). *Memoria 2021-2022*.
- Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (2012). *Avanzar en la construcción de un espacio cultural compartido: desarrollo de la carta cultural iberoamericana*. Organização das Nações Unidas.
- Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (2020). *Educación, juventud y trabajo. Habilidades y competencias necesarias en un contexto cambiante*. Organização das Nações Unidas. Obtido em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46066-educacion-juventud-trabajo-habilidades-competencias-necesarias-un-contexto>
- Organização das Nações Unidas (24 de setembro de 2021). *La era de la energía limpia debe empezar hoy, coinciden líderes mundiales*. Noticias ONU. Obtido em: <https://news.un.org/es/story/2021/09/1497412>
- Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (9 de junho de 2022). *Perspectivas alimentarias junio*. Obtido em: <https://www.fao.org/giews/reports/food-outlook/es/>

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (s. f.). *Construir sociedades del conocimiento*. Obtido em: <https://es.unesco.org/themes/construir-sociedades-del-conocimiento>
- Organização Internacional do Trabalho (2016). *Panorama laboral 2016. América Latina y el Caribe*. Obtido em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_537803.pdf
- Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2020). *Facts and figures (2019)*. Obtido em: <https://www.wipo.int/edocs/infogdocs/en/ipfactsandfigures2019/>
- Organização Mundial da Propriedade Intelectual (2020). *Índice mundial de innovación 2020*. Obtido em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/wipo_pub_gii_2020.pdf
- Organização Mundial da Saúde (5 de setembro de 2005). *Chernóbil: la verdadera escala del accidente*. Obtido de: <https://apps.who.int/mediacentre/news/releases/2005/pr38/es/index.html#:~:text=5%20de%20septiembre%202005%20%7C%20Ginebra,por%20m%C3%A1s%20de%20100%20cient%C3%ADficos>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2019). *Perspectivas económicas de América Latina 2019: desarrollo en transición*. <https://doi.org/10.1787/50260586-es>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2021). *Perspectivas económicas de América Latina 2021*. Obtido em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/perspectivas-economicas-de-america-latina-2021_23399564-es
- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2022). *Climate change 2022: impacts, adaptation, and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parlamento Latino-Americano e Caribenho (2015). *Norma marco para consolidar democracias paritarias*. Obtido em: https://parlatino.org/pdf/leyes_marcos/leyes/consolidar-democracia-paritaria-pma-27-nov-2015.pdf
- Pericacho Gómez, F. J. (2013). "Pasado y presente de la renovación pedagógica en España (de finales del siglo XIX a nuestros días). Un recorrido a través de escuelas emblemáticas". *Revista Complutense de Educación*, 25(1), págs. 47-67.
- Plataforma Intergubernamental Científico-normativa sobre Diversidad Biológica y Servicios de los Ecosistemas (2018). *The IPBES regional assessment report on biodiversity and ecosystem services for the Americas*.
- Perosa, G. S., Giovine, M. A., Sandoval, B. M. e Altivo, B. (2022). "Una mirada sociológica a la juventud desde América Latina". *Análisis Carolina 02/2022*. Fundación Carolina. Obtido em: <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2022/01/AC-2.-2022-FC-Telf.pdf>
- Pozzer, A., Dominici, F., Haines, A., Witt, C., Münzel, T. e Lelieveld, J. (2020). "Regional and global contributions of air pollution to risk of death from COVID-19". *Cardiovascular Research*, 116 (14), págs. 2247-2253.
- Ramos Rollón, M. (2021). "La cooperación iberoamericana: de la renovación a la pandemia de la COVID-19", en Rodríguez Pinzón, E. (coord.), *Informe Iberoamérica 2021. El sistema iberoamericano y el multilateralismo: una perspectiva de progreso*, págs. 15-23.
- Rico, G. (6 de junio de 2018). *Hidroeléctricas en Colombia: entre el impacto ambiental y el desarrollo*. Mongabay. Obtido em: <https://es.mongabay.com/2018/06/hidroelectricas-colombia-hidroituango/#:~:text=Bosques%20e%20hidroel%C3%A9ctricas&text=Est%C3%A1%20reportado%20que%20afectan%20la,la%20aparici%C3%B3n%20de%20enfermedades%20infecciosas>

- Ríos, G. e Galán-Muros, V. (2021). *Ensino superior, produtividade e competitividade na Ibero-América*. Instituto Ibero-Americano de Educação e Produtividade. Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Obtido em: <https://oei.int/oficinas/secretaria-general/publicaciones/educacion-superior-productividad-y-competitividad-en-iberoamerica>
- Rodríguez Pinzón, E. M. (2021). *Reuniões ministeriais e setoriais e sua contribuição para as cúpulas ibero-americanas*. Secretaria-Geral Ibero-Americana.
- Rodríguez Pinzón, E. M. e Romero, M. (2022). *A Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e as Cúpulas Ibero-Americanas de Chefes de Estado e de Governo*. Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura.
- Rounsevell, M. D. A., Harfoot, M., Harrison, P. A., Newbold, T., Gregory, R. D. e Mace, G. M. (2020). "A biodiversity target based on species extinctions". *Science*, junio de 2020.
- Sagasti, F. R. e Pavez, A. (1989). "Ciencia y tecnología en América Latina a principios del siglo xx: primer congreso científico panamericano". *Quiipu*, 6 (2), mayo-agosto de 1989, págs. 189-216.
- Sanahuja, J. A. (2022a). "El Pacto Verde, Next Generation EU y la nueva Europa geopolítica". *Documento de trabajo 63/2022*. Fundación Carolina.
- Sanahuja, J. A. (2022b). *Relanzar las relaciones entre América Latina y la Unión Europea. Autonomía estratégica, cooperación avanzada y recuperación digital, verde y social*. Fundación Carolina.
- Sanahuja, J. A., Grynspar, R. e Gallach, C. (2021). *30 años de las cumbres iberoamericanas*. Fundación Carolina. Obtido em: <https://www.fundacioncarolina.es/30-anos-de-las-cumbres-iberoamericanas/>
- Sanahuja, J. A. e Ruiz Sandoval, E. (2019). "La Unión Europea y la Agenda 2030 en América Latina: políticas de cooperación en una región de 'desarrollo en transición'". *Documentos de Trabajo 8 / 2019*. Fundación Carolina.
- Secretaria-Geral Ibero-Americana (2002). *Programas de cooperación iberoamericana*. Obtido em: <https://segib.org/wp-content/uploads/P%20ilimita18.pdf>
- Solís Rivera, L. G. (2021). "Cumbres iberoamericanas: resiliencia y relevancia tres décadas después". *Análisis Carolina 22 / 2021*. Fundación Carolina. Obtido em: <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2021/07/AC-22.2021.pdf>
- Soto, J. (1 de junio de 2020). *¿Energías limpias y renovables son lo mismo?* Green Peace Blog. Obtido em: <https://www.greenpeace.org/mexico/blog/8519/energias-limpias-y-renovables-son-lo-mismo/>
- Spalding, M., Kainuma, M. e Collins, L. (2010). *World atlas of mangroves*. Londres: Routledge.
- Statista. (2022). *Internet Penetration Rate*. Obtido em: <https://www.statista.com/statistics/227082/countries-with-the-highest-internet-penetration-rate/#:~:text=Leading%20online%20markets%20based%20on%20penetration%20rate%20July%202022&text=South%20Korea%2C%20the%20United%20Kingdom,July%202022%20was%2063.1%20p>
- Subirats, J. (9 de junio de 2022). *El futuro de la educación superior. Una perspectiva iberoamericana*. Fundación Carolina. Obtido em: <https://www.fundacioncarolina.es/el-futuro-de-la-educacion-superior-una-perspectiva-iberoamericana/>
- União Europeia (2016). *Una visión común, una actuación conjunta: una Europa más fuerte. Estrategia global para la política exterior y de seguridad de la Unión Europea*.
- Zapata-Barrero, R. (2016) *La ciudadanía cultural como enfoque para políticas de inclusión*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.

OEI






Organización de Estados
Iberoamericanos

Organização de Estados
Ibero-americanos



C/ Bravo Murillo 38
28015 Madrid, España
Tel.: +34 91 594 43 82
Fax.: +34 91 594 32 86

oei.int

 Organización de Estados Iberoamericanos
 Paginaoei
 @EspacioOEI
 @Espacio_OEI
 Organización de Estados Iberoamericanos